

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO NAS MICROEMPRESAS DE SANTANA DO IPANEMA-AL

Carliele Dôres Tavares

SANTANA DO IPANEMA/AL

2018

Carliele Dôres Tavares

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO NAS MICROEMPRESAS DE SANTANA DO IPANEMA-AL

Monografia submetida ao corpo docente do
Curso de Ciências Contábeis da Universidade
Federal de Alagoas como requisito para a
obtenção do título de Bacharelado em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof.Msc. Marcos Igor da Costa Santos

SANTANA DO IPANEMA

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo / CRB4 - 2058

T231i Tavares, Carliele Dôres.
A importância da escrituração contábil na tomada de decisão nas
microempresas de Santana do Ipanema- AL / Carliele Dôres Tavares. - 2018.
69 f.

Orientador: Marcos Igor da Costa Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) -
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências contábeis. Santana do Ipanema, 2018.

Bibliografia: f. 59 – 62.
Anexo: f . 63 – 69.

1. Escrituração contábil. 2. Microempresa. 3. Tomada de decisão. 4. Santana
do Ipanema – AL. I. Título.

CDU: 657.05

CARLIELE DÔRES TAVARES

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO NAS MICROEMPRESAS DE SANTANA DO IPANEMA-AL

Monografia submetida ao corpo docente
do Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovado em 28 de setembro de 2018.

Marcos Igor da Costa Santos

Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos, Universidade Federal de Alagoas
(Orientador)

BANCA EXAMINADORA:

Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Prof.ªMsc. Josicleide de Amorim Pereira Moreira, Universidade Federal de Alagoas
(Examinadora)

Maria do Rosário da Silva

Prof.ªEsp. Maria do Rosário da Silva, Universidade Federal de Alagoas
(Examinadora)

À Deus, minha família e amigos, pelo incentivo, por sempre estarem ao meu lado e não medirem esforços na colaboração do meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, por me manter firme e superar os obstáculos da vida.

A esta Universidade, ao meu orientador, Marcos Igor da Costa Santos, por toda colaboração, paciência e atenção. Aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UFAL- Unidade Santana do Ipanema, que colaboraram em minha formação.

A minha família, pela dedicação e estímulo, especialmente os meus pais, pela compreensão e carinho essenciais para o meu crescimento.

Aos meus amigos, que estiverem ao meu lado dando o suporte necessário ao longo desta caminhada.

A todos que participaram desta conquista, direta ou indiretamente, minha consideração.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos”.

(Provérbios 16:3)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da Escrituração Contábil na tomada de decisão em microempresas no município de Santana do Ipanema/AL. O trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa semi-estruturada, por meio de dois questionários aplicados em uma amostra de quinze empresas no ramo comercial de vários seguimentos e seis escritórios de contabilidade, todos situados na cidade de Santana do Ipanema/AL. A pesquisa evidenciou que algumas microempresas atuam na informalidade, o que atrapalha as atividades contábeis desenvolvidas nelas, como também não possuem técnicas de gerenciamento. Além disso, o dono das microempresas exerce todas as funções dentro delas, demonstrando claramente um processo de centralização na tomada de decisões e execução das tarefas. Apesar disso, eles compreendem a contabilidade como uma ferramenta indispensável para auxiliá-los na gestão da empresa, e veem o contador como um aliado para interpretar e utilizar adequadamente essas informações geradas pela Escrituração Contábil. Já nos escritórios de contabilidade percebeu-se que o contador precisa ser mais proativo nas organizações que prestam serviço para auxiliar os seus clientes no processo de tomada de decisões. Ainda, percebeu-se que nas empresas do ramo comercial e nos escritórios de contabilidade existem deficiências no processo de comunicação, pois os serviços contábeis são solicitados de acordo com a necessidade vivida pela empresa, utilizando assim das informações contábeis apenas para atender às exigências legais.

Palavras-chave: escrituração contábil; microempresas; tomada de decisão.

ABSTRACT

This work was developed through a literary review aiming to portray the importance of Accounting Bookkeeping in decision making in small companies. To better analyze the study, an exploratory study was developed in fifteen companies in the commercial branch of several segments: agricultural products, clothing, food and in the sale of construction materials and in six accounting offices in the city Santana do Ipanema - AL. Through the completed questionnaire he collected necessary information on the main obstacles. So it is interesting here to highlight a common impasse in microenterprises that has hampered accounting progress since many work in informality, do not have management techniques, the owner of the company performs all the functions. For this, bookkeeping is of considerable importance because it intends to meet the expectations of its users and guide the administrators when making a decision, all the company's movements and the launches of the operations are recognized as the accounting books and are registered in their respective books. We can conclude that the companies investigated in this study even with all the experience in the market still lacks the accounting instruments for administration because it has verified that they do not use the full potential of the accounting offices to add value in the administration of the company. Already in the accounting offices it was analyzed that the accountant needs to be more active in the organizations for decision support, that is, the participation of the accountant must be beyond structuring the information more to make the reading clear pointing out the negative aspects, guiding the administrator for the correction of failures in the administrative process that cause financial deficiency for the company. Concludes that commercial companies and accounting offices there is a deficiency communication gap, where accounting services are requested according to the need experienced by the company, thus using the demonstrations before the mandatory reporting and demonstrations.

Keywords: accounting bookkeeping; microenterprises; decision-making.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantos anos a empresa está no mercado.....	36
Gráfico 2: O administrador possui experiência profissional anterior?.....	37
Gráfico 3: Qual mercado de atuação da empresa.....	38
Gráfico 4: Qual principal atividade da empresa?.....	38
Gráfico 5: O administrador conhece os documentos necessários para que o contador faça a escrituração contábil da empresa.....	39
Gráfico 6: Quais são os serviços contábeis contratados pela empresa.....	39
Gráfico 7: Informação considerada importantes para auxiliar na administração da empresa.....	40
Gráfico 8: O contador faz demonstrações contábeis geradas através da escrituração contábil?.....	41
Gráfico 9: As demonstrações contábeis atende a necessidade de informações para a administração da empresa.....	41
Gráfico 10: O empresário solicita algum demonstrativo contábil para utilizar como ferramenta para administração da empresa.....	42
Gráfico 11: Tempo de atuação dos escritórios.....	43
Gráfico 12: Quantos clientes o escritório possui?.....	44
Gráfico 13: A documentação necessária para a escrituração contábil é entregue em tempo hábil.....	44
Gráfico 14: Documentos mais difíceis de receber das empresas.....	45
Gráfico15: Serviços mais contratos nos escritórios contábeis.....	46
Gráfico16: Os livros contábeis são solicitados pela empresa para acompanhamento.....	46
Gráfico 17: Existe interesse por parte dos clientes em receber as demonstrações contábeis resultantes da escrituração contábil.....	47
Gráfico 18: Informação que as empresas tem mais interesse.....	48
Gráfico19: Solicitação de consultoria sobre documentos gerados pela escrituração contábil.....	49
Gráfico 20: Relatórios mais solicitados pelas empresas aos escritórios.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

BP- Balanço Patrimonial

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

DR – Demonstração do Resultado

DVA- Demonstração do Valor Adicionado

ECD- Escrituração Contábil Digital

EPP- Empresa de pequeno Porte

IESDE – Inteligência Educacional e Sistemas de ensino

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITG – Interpretação Técnica Geral

LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPED – Sistema público de escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	15
2.1.1 <i>Obrigatoriedade</i>	18
2.1.2 <i>Escrituração Contábil Digital - ECD</i>	20
2.2 LIVROS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS	21
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	23
2.3.1 <i>Balanço Patrimonial</i>	26
2.3.2 <i>Demonstração do Resultado – DR</i>	27
2.3.3 <i>Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL</i>	28
2.3.4 <i>Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC</i>	28
2.3.5 <i>Demonstração do Valor Adicionado – DVA</i>	29
2.3.6 <i>Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA</i>	30
2.3.7 <i>Notas Explicativas</i>	31
2.4 UTILIDADE DA CONTABILIDADE FINANCEIRA	31
2.5 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO	32
2.6 RELAÇÃO CUSTO X BENEFÍCIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	33
2.7 IMPORTÂNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CONTEXTO NACIONAL	34
2.8 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA	35
2.9 A CONTABILIDADE NO CENÁRIO ATUAL	36
2.10 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	42
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	42
3.3 COLETA DE DADOS	43
3.4. ANÁLISE DOS DADOS	43
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXO I	63
ANEXO II	67

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta de apoio nas organizações, utilizada como auxílio em tomada de decisão, pois é responsável pelo fornecimento de informações necessárias relacionadas à situação financeira e patrimonial das entidades.

Para Weygandt *et al.* (2005), “a contabilidade é um processo composto de três atividades: identificação, registro e comunicação dos eventos econômicos de uma organização aos usuários da informação”.

Dentro da empresa, o gestor deve compreender a maneira como utilizar um sistema contábil. Contudo, a parte do conhecimento e como agir corretamente com as ferramentas contábeis básicas para a obtenção das informações precisas, pertence ao contador. Marion (2009), diz que cabe ao profissional da contabilidade demonstrar todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.

A escrituração contábil deve ser elaborada com o intuito de atender a carência da empresa e de seus usuários, é através dela que são geradas informações gerenciais e fiscais. É um procedimento que engloba os bens e obrigações da organização, feita por meio dos padrões legais da escrituração de livros, criação de relatórios e demonstrativos que contenham as informações comerciais, financeiras e fiscais. Contudo, Weygandt *et al.* (2005), afirmam que a escrituração, em geral, compreende somente o registro dos eventos econômicos e, portanto, é apenas uma parte do processo contábil.

No entanto, o ramo em observação é o da contabilidade financeira que vem se destacando progressivamente. Padoveze (2004) assegura que a contabilidade além de utilizar os demonstrativos financeiros tem o objetivo de facilitar o planejamento, controle e tomadas de decisões dentro das organizações.

Nas microempresas a situação financeira é exposta através de técnicas simplificadas avaliando a eficiência administrativa e ao mesmo tempo atendendo os requisitos da fiscalização. Considerando a ausência desses registros é provável identificar possíveis problemas causados pela carência da escrituração. Para

Ludícibus et al. (2010) fica claro que, a fim de acompanhar a variação quantitativa e qualitativa do patrimônio de tais entidades, é importante também entender o quadro econômico e jurídico mais amplo dentro do qual operam, bem como algumas características essenciais de sua gestão.

Diante disso, em toda organização é indispensável um controle para auxiliar e mostrar a real situação da mesma, isso se dá através da escrituração contábil, pois os registros exibem a identidade e condições necessárias para sua sobrevivência. Considerando esses fatores a administração das microempresas sofre com pressões competitivas e busca técnicas que gerem informações precisas para auxiliar na tomada de decisão. Segundo o Sebrae (2014), sabe-se que a maioria dessas micro e pequenas empresas nas cem sem planejamento e controle, por falta de acesso de seus proprietários a informações sobre gestão, administração, marketing, finanças etc.

Mediante isso, a escrituração é uma ferramenta útil, devido aos benefícios gerados por ela, os quais colaboram na manutenção da entidade. Considerando a importância das microempresas para a economia brasileira, é importante dar atenção às diversas causas existentes em especial à forma como elas comportam-se legalmente a fim de minimizar e garantir a sobrevivência destas. Drucker (2010) argumenta que “um esforço especial é exigido para que a empresa em atividade se torne empreendedora e inovadora a alocando recursos produtivos à empresa atual, à crise diária, e conseguir um pouco mais daquilo que já se tem”.

Nesse sentido, a corrente pesquisa se propõe a estudar as microempresas na cidade de Santana do Ipanema-AL, tendo em foco a verificação dos possíveis obstáculos enfrentados por essas organizações, na medida em que se abordarão elementos fundamentais para o sucesso empresarial, bem como, investigar as dificuldades dos escritórios contábeis em realizar o serviço mediante a necessária documentação fornecida pelas microempresas.

Assim, diante deste cenário levando em conta todos estes fatores surge a questão problema: **Qual a importância da utilização das informações obtidas através da escrituração contábil na tomada de decisão das microempresas de Santana do Ipanema/AL?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar a importância da utilização das informações obtidas através da escrituração contábil na tomada de decisão das microempresas situadas no município de Santana do Ipanema/AL.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a escala de utilização da escrituração contábil como instrumento para tomada de decisão nas microempresas;
- Demonstrar os benefícios da escrituração contábil em microempresas;
- Verificar as informações que são repassadas para as microempresas e como essas informações são úteis na tomada de decisão.

1.3 JUSTIFICATIVA

Gropelli et. al (2010) afirma que no ambiente contemporâneo e desafiador, nota-se que ainda existem microempresas que não utilizam a escrituração contábil na hora de tomar decisões relacionadas à gestão, devido à falta de conhecimento e compreensão das vantagens ofertadas por esse tipo de ferramenta. Os profissionais precisam de um conhecimento básico do assunto para dirigirem empresas de modo eficaz e para tomarem decisões de investimentos lucrativos.

O propósito desse trabalho é mostrar que empresas desse porte podem manter um bem-estar financeiro e econômico fazendo uso desse recurso oferecido pela contabilidade financeira.

Com isso, o tema em destaque é apreciável, tanto em âmbito acadêmico quanto regional, pois a proposta é orientar os empreendedores sobre o auxílio dessa ferramenta na tomada de decisão de suas microempresas, uma vez que através da escrituração contábil é possível obter um controle e a situação financeira da entidade.

Assim, a viabilidade da pesquisa ocorre através da realização de um estudo aplicado nas microempresas da cidade, com o recolhimento de informações necessárias, de maneira clara e compreensível que poderá contribuir para o desenvolvimento das microempresas na cidade de Santana do Ipanema-AL, através da identificação dos principais obstáculos, surgindo assim soluções que levarão aos benefícios da contabilidade financeira, isto é, este estudo será importante para a organização das empresas da cidade.

Contudo, essa pesquisa requer uma atenção especial, pois procura mostrar como utilizar a contabilidade financeira dentro das microempresas. Sabendo que o fornecimento de informações para ajudar a administração de uma entidade é o principal objetivo desse ramo da contabilidade. Portanto, esse estudo avalia a contabilidade nas microempresas como uma ferramenta fundamental e os benefícios na sua utilização.

Desse modo, é necessário entender a importância da execução dos registros contábeis, realizando uma contabilidade íntegra, mostrando todas as operações realizadas, pois através das informações obtidas, torna-se viável desempenhar um domínio maior sobre as ações e resultados da empresa, contribuindo na formação de um planejamento estratégico com o intuito de conduzir a organização a um resultado financeiro positivo.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro trata da introdução, contendo a contextualização do tema, objetivo geral e os específicos alcançados, a justificativa da escolha do tema, a limitação e a organização do trabalho. No segundo capítulo é desenvolvido o embasamento teórico do assunto que está sendo estudado. O terceiro capítulo contém os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O quarto capítulo corresponde à análise dos dados da pesquisa. No quinto capítulo encontra-se a conclusão da pesquisa realizada, e sugestões para o desenvolvimento de futuros trabalhos na área. Por fim, são apresentados as referências e apêndices.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

O Processo de escrituração contábil engloba as informações essenciais para a tomada de decisão. Abrangendo o patrimônio e todos os recursos necessários para a elaboração das demonstrações contábeis fundamentais responsáveis pelas escolhas dos gestores da entidade.

O conjunto de atividades contábeis compatíveis vai desde a compreensão da atividade empresarial (necessária para elaborar um plano de contas adequado), passando pela análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, sua contabilização, até a elaboração das demonstrações financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa. (MARION 2012, p. 274)

No interior da empresa, a escrituração possui uma importância considerável, pois pretende atender aos anseios de seus usuários e orientar os administradores na hora de tomar alguma decisão. O decreto nº 3.000 do regulamento do Imposto de Renda trata o dever da pessoa jurídica escriturar como:

Art. 251. A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real deve manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais. Parágrafo único. A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em suas atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.

O compromisso da escrituração contábil se restringe exclusivamente aos contadores, estes por sua vez possuem a incumbência de estar regularmente inscritos no Conselho Regional de Contabilidade. Entretanto, fazer contabilidade dentro dos preceitos não se trata, exclusivamente, de necessidade gerencial, fato que já se prestaria como importante justificativa. A escrituração contábil, ainda que de forma simplificada, e as demonstrações contábeis dela decorrentes estão arroladas como exigências ou atribuições que devem ser satisfeitas pelos contabilistas em atendimento aos diversos dispositivos da legislação de regência, sob pena de punição e responsabilidade profissionais, conforme vínculo obrigacional que seguem. (SCHNORR et. al. 2008, p. 14).

Toda a movimentação da empresa e os lançamentos das operações são reconhecidos como a escrituração contábil e são registrados em seus respectivos livros. Segundo Marion (2009, p. 145) normalmente, os dados são elementos importantes constantes nos Relatórios Contábeis (resumos, periódicos e ordenados), que abrangem informações econômico-financeiras (patrimônio, capital, fluxo de caixa e despesas etc. O objetivo principal da contabilidade, portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Contudo, toda pessoa jurídica tem a responsabilidade de manter a escrituração, uma vez que serve de auxílio no controle dos eventos passados, presentes e futuros da empresa.

A realização coerente e íntegra de um trabalho pode destacar uma pequena empresa das demais como digna de confiança, em uma época em que ganância e corrupção corporativas são frequentes.

Consideraremos a importância vital da integridade e seu papel no empreendedorismo (LONGENECER et. al. 2007, p. 15).

A resolução nº 563, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) afim de normatizar o cumprimento da escrituração contábil determinou que a escrituração será executada em moeda corrente nacional, em forma contábil, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas, ou transportes para as margens e ainda com base em documentos probantes.

O empresário necessita de informações para a tomada de decisões, sendo a contabilidade uma ciência que oferece dados formais, científicos e universais, que permitem atender a essa necessidade. Com o fenômeno da globalização da economia, a informação contábil, além de ser utilizada dentro de todo território nacional, poderá ser utilizada, também, em outros países. A decisão de investir, de reduzir custos, de modificar uma linha de produtos, ou de praticar outros atos gerenciais deve se basear em dados técnicos extraídos dos registros contábeis, sob pena de se pôr em risco o patrimônio da empresa. (SILVA et. al.2002, p. 24).

A ciência contábil desenvolveu muito tanto no cenário da legislação, quanto em aspectos tecnológicos. Antigamente todos os registros eram realizados a mão, o

que tornava esses casos bastante demorados. Na atualidade, com a chegada da internet e programas especializados vem acelerando o processo desses registros.

Todo o autor tem uma definição transparente sobre o princípio de escrituração contábil, basicamente não havendo desigualdade de um para o outro. Embora sempre tenha algum que coloque uma necessidade a mais, Moura (2002, p. 76) mostra que “é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, de todos os acontecimentos administrativos resultantes da administração do patrimônio da entidade”.

Ainda segundo o autor, acontecimentos administrativos são todos os fatos que transformam o patrimônio, portanto objeto de escrituração.

A escrituração contábil é uma técnica de registro dos atos e acontecimentos contábeis pelo profissional da contabilidade em livros próprios e corretos ao registro de tais ações, obedecendo aos conceitos e as regras contábeis vigentes, tornando suscetíveis de punição a quem os deixe de ser aplicada.

Pode-se compreender a escrituração contábil como o registro de todos os acontecimentos contábeis de uma definida empresa dentro de um período, para que ao final deste, as referências registradas possam ser úteis ou obrigatórias ao fisco, aos diretores e para uma melhor tomada de resolução.

De forma mais ampla, pode-se definir que a forma de registro dos atos e acontecimentos econômicos, administrativos e financeiros das empresas, é de enorme importância para o progresso e para o desenvolvimento econômico da empresa, pois apresenta com transparência e riqueza de detalhes toda movimentação dos bens, gastos e o lucro apurado ao final de cada período que, geralmente e no máximo de um ano.

É perceptível a necessidade da escrituração no monitoramento fiscal e financeiro da empresa. É a mais essencial das técnicas contábeis, pois só a partir dela pode-se evoluir as demais técnicas de apresentações, análises e auditorias, para ter uma empresa bem pautada e um bom planejamento, começa pela escrituração, pois é por meio dela que o administrador terá visão ampla do seu investimento.

Escriturar nada mais é do que registrar, e esses registros são realizados em livros próprios, de maneira manual ou eletrônica. Há diversos tipos de livros que podem ser realizados para atender a legislação em vigor, por exemplo, o livro registro de trabalhadores, o livro de registro de entradas e saídas, livro de avanço de Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), livro de registro de fatos. No entanto, os livros contábeis mais necessários são: o diário, razão e o caixa.

2.1.1 Obrigatoriedade

Segundo Marion (2009), a escrituração contábil lícita, apesar de enorme importância para as empresas, na atualidade é necessária. Há uma enorme incapacidade no processo de escrituração contábil no interior das micro e pequenas empresas, embora a maior parte delas opte pelo Simples Nacional, pois é um processo menos complicado e traz restrição de custos.

Conforme com a Interpretação Técnica Geral (ITG) (2000), aprovada pela decisão CFC nº 1330/11 define que a escrituração deve ser patrocinada por todas as entidades, independente da natureza ou porte, analisadas as exigências da legislação ou de outras regras cabíveis, se houver.

A legislação federal também pressagia a escrituração contábil como necessária, conforme o ordenado no inciso 1º do artigo 10 do Código Comercial Brasileiro: “todos os comerciantes são impostos a seguir uma ordem igual de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim obrigatórios”. Assim, a legislação comercial exige que as empresas permaneçam na escrituração contábil.

Embora as leis anteriormente mencionadas exijam a escrituração contábil, a Lei Complementar 123/06, reconhecida como a Lei do Simples Nacional em seu art. 26 faculta as MPEs patrocinarem a escrituração contábil completa, facultando somente a realização do livro caixa com movimento financeiro e bancária. No entanto, as empresas devem permanecer em boa ordem a continuidade e guarda dos documentos que sirvam de suporte para escrituração, enquanto não preconizar o prazo para fiscalização.

No entanto, o art. 27 da mesma Lei, reforça que as MPEs optantes do Simples Nacional podem padronizar a contabilidade completa para registrar e comandar as operações elaboradas.

Observa-se que a Lei do Simples Nacional exige como obrigação mínima a preparação do fluxo de caixa, com todas as transações também que realizam a

guarda de todos os documentos, porém não proíbe que seja realizada a escrituração contábil integral, que inclusive é apresentada no artigo posterior.

Dessa forma, as MEs e EPPs, mesmo as que não são optantes pelo regime tributário Simples Nacional, poderão patrocinar a escrituração contábil integral. Todavia, essa autorização legal de patrocinar a escrituração contábil descomplicada não tira a obrigação da ME e da EPP de permanecer na escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que possam vir a incentivar alguma modificação no patrimônio.

Assim sendo, essa legislação incentiva naturalmente um enorme desinteresse pela regularização de um sistema contábil competente e capaz de propiciar ao administrador da empresa referências valiosas para a administração das atividades.

Esse benefício fiscal que não obriga as MPEs, a manterem escrituração contábil, visando reduzir a burocracia e diminuir gastos, confunde-se com o comando interno necessário para aumentar o lucro. Essas entidades compreendem que não tem necessidade prestar contas ao fisco de maneira específica.

Outro problema é a carência de informação gerencial, visto que os gestores não reconhecem o uso das técnicas e ferramentas capazes de apoiar na gestão e facilitar a tomada de resolução.

O pensamento que os micro e pequenos empresários têm é de que sua empresa está protegida a qualquer obrigação fiscal, fazendo com que o papel do contador reduza drasticamente.

A Lei nº 8.541/92, chamada Lei do Lucro Presumido, exige no mínimo o livro caixa, livro de registro de inventário, escolha dos livros de escrituração exigidos por legislação determinada para cada empresa.

Da mesma forma que a Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76, também reitera sobre a determinação da escrituração contábil exigida pelas leis comerciais do país, seguindo os conceitos contábeis normalmente aceitos.

Silva (2002) confirma que toda empresa deve permanecer a escrituração contábil integral independentemente do seu porte ou natureza jurídica.

Para as MPEs, que optam pela escrituração contábil, não apenas por estarem obrigadas, há diversos benefícios para administrador, tais como: maior controle financeiro e econômico, afirmação em juízo de acontecimentos que dependem de perícia contábil, distribuição de lucros como alternativa de reduzir a carga tributária, acesso as linhas de crédito, que normalmente exigem o BP e a DRE, entre outras.

No entanto, ante a obviedade dos benefícios acima listados, a contabilidade é uma ferramenta imprescindível à administração de qualquer entidade, cabendo ao gestor, sócios ou representantes programarem a escrituração por meio de contabilista devidamente habilitado.

2.1.2 Escrituração Contábil Digital - ECD

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é um elemento que complementa o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), tem como objetivo a troca da escrituração de papel, pela escrituração através de arquivo, transmitindo digitalmente o livro diário, razão e seus auxiliares.

A ECD por sua vez veio manter a escrituração contábil eletrônica da forma como atualmente já vem sendo feito pela sociedade empresária e acrescenta agora a grande novidade da obrigatoriedade de simplesmente enviar essa escrituração contábil eletrônica para a Receita Federal do Brasil [...]. O SPED contábil visa a resumidamente substituir os livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais. É o início de uma era, onde a legislação fiscal dá o “ponta pé inicial” sobre a substituição do papel pelos arquivos eletrônicos. (AZEVEDO et. al. 2011, p. 300)

De acordo com a Instrução Normativa nº 1.420/2013 da Receita Federal do Brasil, tem obrigatoriedade na adoção da ECD a partir de janeiro de 2014, todas as pessoas jurídicas tributadas através do Lucro Real, empresas tributadas por meio do lucro presumido, e entidades imunes e isentas. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas da obrigação. Para as outras empresas, a Escrituração Contábil Digital é facultativa.

A Escrituração Contábil Digital deve ser enviada e transmitida para o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) anualmente, tendo como prazo final o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao calendário referente à escrituração.

O art. 10 da Instrução Normativa nº 787/2007 da Receita Federal do Brasil, frisa que as empresas de grande porte que entregarem a ECD em atraso, sofrerão multa no valor de R\$ 5.000,00 por mês. De acordo com a Lei 12.766 de 27 de dezembro de 2012, a entidade que não apresentar no prazo previsto terá multa de R\$ 500,00 por mês-calendário para empresas que estejam iniciando suas atividades, que sejam isentas, ou que tenham optado pelo Simples Nacional, ou apurado lucro

presumido na última declaração, e R\$ 1.500,00 por mês-calendário para pessoas jurídicas tributadas através do lucro real. Em caso de apresentar a escrituração depois do prazo, a multa poderá ser reduzida para a metade.

2.2 LIVROS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS

Schnorr (2008) afirma que toda empresa ao ser constituída, necessariamente terá em seu ambiente alguns livros obrigatórios, exigidos pelo poder público, servindo como objeto de fiscalização, os quais possuem os registros de todas as transações da entidade. Eles, por sua vez são classificados como:

- **Livro Diário:** documento onde se registram diariamente as operações realizadas e que influenciam o quadro patrimonial da empresa.

O regulamento do Imposto de Renda (1999) aborda escrituração do Livro Diário como:

Art. 258. Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de Livro Diário, encadernado com folhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da pessoa jurídica.

O Livro Diário institui o registro básico de toda a escrituração contábil e, por isso mesmo, a seu uso é indispensável.

Conforme o que exige o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), Livro Diário é um livro de escrituração, necessário, onde são realizados os registros dos atos e acontecimentos que acontecem dentro de uma empresa, deve ser registrado em dialeto pátrio, em ordem cronológica de dia, mês e ano, e não devem abranger emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas. Deverá conter na devida ordem, na primeira e última página, termos de abertura e de fechamento, e ser registrado e autenticado pelas Juntas Comerciais ou registrado em cartório, conforme o acontecimento.

Admite-se a autenticação do Livro Diário em data posterior da movimentação das ações nele lançadas, desde que o registro e a autenticação tenham sido elevados até a data da entrega tempestiva da declaração, parecido ao respectivo período (IN SRF 16/84).

Assim, o registro do livro diário no órgão capacitado é obrigação da empresa, mas o contador encarregado deve informar formalmente essas imposições ao empresário. Caso a escrituração contábil seja no formato digital não há obrigação de impressão e encadernação sob o formato de livro, mas o arquivo magnético autenticado pelo registro publica capacitado deve ser mantido pela empresa.

O Livro Diário é considerado o livro imposto mais antigo desde o Código Comercial, através da Lei nº 556 de 1850, em seu art.11. O Código caracteriza o Diário como o “livro que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente [...]”. (FABRETTI, 2009, p. 42).

- **Livro Razão:** demonstra os saldos das contas resumindo os lançamentos elaborados no livro diário e não pode ser rasurado.

O regulamento do Imposto de Renda aborda a escrituração do Livro Razão como:

Art. 259. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

Ainda conforme com o Regulamento, o Livro Razão ou as específicas fichas estão isentos de registro ou autenticação em qualquer órgão. No entanto, na escrituração deverão ser obedecidas as normas da legislação comercial e fiscal aceitáveis aos lançamentos em geral.

Para Fabretti (2009) se tratando da gestão da contabilidade, o Razão é o livro principal, pois possibilita a averiguação imediata da posição de cada componente do patrimônio e de suas variações. Ou seja, são usados para resumir finalizar, por conta e subconta, os lançamentos feitos no Livro Diário.

- **Livro de Registro de Inventário:** tem como objetivo registrar todas as mercadorias ou matérias-primas estocadas no ato da elaboração do balanço patrimonial da empresa.

O regulamento do Imposto de Renda aborda a escrituração do Livro de Registro de Inventário como:

Art. 261. No Livro de Inventário deverão ser arrolados, com especificações que facilitem sua identificação, as mercadorias, os produtos manufaturados, as matérias-primas, os produtos em fabricação e os bens em almoxarifado existentes na data do balanço patrimonial levantado ao fim de cada período de apuração.

- **Livro de Apuração do Lucro Real:** também chamado de LALUR, tem o propósito de ajustar as demonstrações contábeis para efeito de imposto de renda.

O regulamento do Imposto de Renda aborda a escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real como:

Art. 262. No LALUR, a pessoa jurídica deverá: I - lançar os ajustes do lucro líquido do período de apuração;
 II - Transcrever a demonstração do lucro real;
 III - Manter os registros de controle de prejuízos fiscais a compensar em períodos de apuração subsequentes, do lucro inflacionário a realizar, da depreciação acelerada incentivada, da exaustão mineral, com base na receita bruta, bem como dos demais valores que devam influenciar a determinação do lucro real de períodos de apuração futuros e não constem da escrituração comercial;
 IV - Manter os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração subsequentes, dos dispêndios com programa de alimentação ao trabalhador, vale-transporte e outros previstos neste Decreto.

- **Livro Caixa:** tem por finalidade o controle financeiro da movimentação do caixa, por meio de entradas e saídas. Registra-se folha de pagamento, pró-labore, notas fiscais e duplicatas, mais as receitas de vendas.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade apareceu em um ambiente absolutamente prático em virtude da necessidade da referência sobre o resultado de um período por parte dos administradores. Para se ter ideia da sua prioridade, basta imaginar como seria o mundo sem contabilidade. Sem dúvidas haveria muitas complicações, pois não haveria controle de recursos nem na empresa privada nem públicas e, assim, seria impossível a averiguação dos resultados nessas empresas.

A referência contábil é extremamente necessária para qualquer empresa, independente do seu porte, uma empresa que não faz escrituração, não tem memória, nem identidade, e nem tem condições para sobreviver nem planejar seu

futuro. Dessa forma, as referências dadas pela contabilidade são úteis para que administrador possa traçar os caminhos da empresa.

A carência da escrituração contábil dentro de uma empresa, principalmente nas MPEs trazem muitas desvantagens que coloca em risco a sobrevivência dos negócios. Há tempos, a contabilidade deixou de ser um instrumento para atender apenas ao fisco. Na atualidade, é um poderoso instrumento administrativo.

Sua ausência também é um dos motivos que mais prejudicam as análise de avaliação econômica, o que distorce muito as estatísticas. O de referência da realidade econômica cria políticas públicas totalmente diferenciadas das necessidades reais dessas empresas. Entre outros aspectos, a escrituração é necessária para se analisar os motivos que levam um enorme número de empresas a fecharem suas portas.

Ainda há muitas empresas que tomam resoluções baseadas na intuição do gestor, dispensando ou subutilizando a referência contábil, ou pelo da informação do real objeto da contabilidade, ou pela utilização incorreta apenas para atender as imposições fiscais.

Na atualidade, o empresário, seja ele grande ou pequeno tem que buscar as referências que sejam úteis, tendo em vista que a grande necessidade da contabilidade reside no fato desta propiciar saúde financeira à empresa, o equilíbrio entre as receitas e os gastos para que possa remunerar os sócios e cumprir as necessidades perante os clientes, governo e trabalhadores.

Camargo (2003, p. 53) defende a necessidade do monitoramento da escrituração por pequeno empresário, considerando numa apresentação clara de falha de referência das funções da contabilidade por aquele que preconizam a dispensa das micro e pequenas empresas da escrituração contábil. E, ainda, menciona: “a contabilidade é a história, a memória, o arquivo da entidade. Logo não deve e não pode ser eliminada”.

A importância da referência contábil para a administração das empresas é consensual entre todos os especialistas da ciência contábil, seja na pequena ou na grande empresa, sem fins lucrativos ou com fins lucrativos, independente de sua maneira jurídica ou com fins lucrativos, livre de sua forma jurídica.

Contar com serviços contábeis confiáveis favorece a tomada de resolução sobre investimentos, contratação de pessoas desempenha de atuais produtos, e outras operações que colocam em jogo a sobrevivência da empresa. Manter a

contabilidade em dia pode favorecer contratempos fiscais, deixando de sofrer penalidades no futuro.

Se a empresa enfrentar complicações financeiras, terá o direito de pedir recuperação financeira ou judicial, e a demonstração da escrituração contábil é o essencial requisito para obtenção desse benefício. A demonstração em juízo das apresentações contábeis com a relação de todos os credores, no caso de ruína para confirmar que não é fraudulenta, a empresa também precisa evidenciar as demonstrações contábeis especialmente realizadas.

O Código Civil define que nos casos de litígios entre empresários, a escrituração contábil elaborada conforme com as regras e as leis que a possuem prova em favor do seu autor.

O Regulamento da Previdência Social prevê que pode haver fiscalização na intenção de verificar se a escrituração contábil registra de fato a movimentação de remuneração de todos os amparados a seu serviço.

O Código Tributário Nacional demonstra a necessidade da escrituração contábil quando confirma que os empresários devem manter os seus livros de escrituração até que aconteça a prescrição dos mesmos.

A legislação fiscal liberta do imposto de renda a classificação de lucros os sócios desde que seja confirmada por meio da escrituração contábil. Se ganha pela economia tributária, pois o valor classificado não terá Imposto de Renda na Fonte (alíquota atual de até 27,5%).

A manutenção da escrituração contábil dentro das regras da legislação prova em favor da empresa.

O empresário precisa de referência para a tomada de decisões e a escrituração contábil é que oferta dados para atender essa necessidade, como também para ter entrada as linhas de crédito, tanto de obtenção de empréstimo como capital de giro, ou para restituir estoque, apesar de conseguir financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos, automóveis. A resolução de investir, de diminuir custos, de transformar uma linha de produtos, ou de realizar outros atos gerenciais devem se basear nas referências extraídas das evidências contábeis, do contrário essas empresas correm o risco de fechar suas portas.

Diante de todos esses benefícios que foram listados, nota-se que a contabilidade não é um luxo, mas sim uma necessidade dos administradores e empresários que almejam evoluir e prosperar.

O microempresário precisa pensar e agir com propósitos bem definidos, procurando sempre o seu desenvolvimento e se possível tornar-se uma empresa de grande porte. Desta maneira, todos saem ganhando, inclusive a sociedade, do contrário a ME será mais uma nos números de mortalidade.

Para atender as necessidades dos clientes da referência contábil, a empresa deve apresentar as evidências contábeis também conhecidas como demonstrações financeiras, de acordo com as regras e órgão normativos.

As referências permanentes nesses demonstrativos juntamente com as referências das notas explicativas, orientam os clientes a estimar resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da empresa.

O conjunto completo das demonstrações contábeis é:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado – DR
- c) Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
- e) Demonstração do Valor Adicionado – DVA
- f) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

Para tanto é importante tratar cada demonstração contábil para melhor entendimento da sua utilização, conforme segue no próximo tópico.

2.3.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial tem por finalidade demonstrar a situação financeira e patrimonial da entidade em determinado período, e é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Para facilitar a análise e sua interpretação o Balanço Patrimonial é organizado por um Plano de Contas. E cada empresa elabora o seu plano de acordo com suas atividades e a complexidade de suas operações. As contas do Ativo devem ser ordenadas de acordo com seu grau de liquidez, e as do Passivo de acordo com seu vencimento, de acordo com autores Soares, Vieira, Faria e Freire, (2007). Os autores explicam sobre os ativos e passivos:

O Ativo representa os bens e os direitos de uma empresa e também as demais aplicações de recursos que podem gerar benefícios econômicos presentes ou futuros.

O Ativo é subdividido em:

a) Circulante: São agrupadas no Ativo de acordo com o grau de liquidez decrescente. São as contas que estão em giro, circulação ou movimento constante, exemplo: Caixa, Banco Conta Movimento, Valores a Receber, Estoques, entre outros.

b) Não Circulante: São todos os bens e direitos com existência duradoura. É dividido em três grupos: Investimentos: que são as aplicações financeiras de caráter permanente que geram rendimentos, mas que não fazem parte das atividades operacionais da empresa. Imobilizado: são os bens de natureza permanente utilizados para a manutenção das atividades principais da empresa, são as ferramentas, veículos, máquinas, instalações, etc. Intangível: são os bens incorpóreos, como marcas e patentes, e softwares.

O Passivo é subdividido em:

a) Circulante: são as obrigações exigíveis que deverão ser liquidadas no prazo máximo de um ano, exemplo, Fornecedores e Salários a Pagar, Encargos Sociais e impostos a recolher, Empréstimos Bancários de curto prazo, entre outras obrigações.

b) Não Circulante: São as obrigações que serão liquidadas com prazo superior a um ano, como, Financiamentos, Debêntures, etc.

O Patrimônio Líquido é constituído pelo Capital Social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

2.3.2 Demonstração do Resultado – DR

Como definem Iudícibus et al. (2010), a Demonstração do Resultado evidencia o resultado líquido do período através da apresentação resumida das operações realizadas pela empresa durante o exercício social. Através dessa demonstração é apurado o lucro ou prejuízo da empresa durante um período. Segundo o § 1º do art. 187 da Lei nº 6.404/76, serão computados na determinação

do resultado as receitas e os rendimentos ganhos, independente da sua realização em moeda; e os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes as receitas e rendimentos

2.3.3 Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

A DMPL é uma demonstração que visa apresentar num determinado período de tempo a movimentação das contas que integram o Patrimônio Líquido das entidades. A Comissão dos Valores Mobiliários mediante Instrução CVM nº 059-86, tornou esta demonstração e sua publicação de caráter obrigatório, para as companhias abertas, em substituição à Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (MIRA; RODRIGUES, 2018).

A preparação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é relativamente simples, pois basta representar, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação e Lucros ou Prejuízos Acumulados. Essa movimentação deve ser extraída das fichas de razão dessas contas.

2.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

A DFC controla de forma detalhada a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa ou Conta de Movimento do Banco, assim como o destino de todos o que sai e também o resultado deste fluxo. Apesar de não ser um demonstrativo exigido por lei, a Demonstração do Fluxo de Caixa é muito importante para o controle financeiro de uma empresa (SOARES, VIEIRA, FARIA e FREIRE, 2007).

De acordo com Marion, a Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada de duas formas:

De posse dos registros da "conta Caixa" (ou livro Caixa), ordenado as operações de acordo com sua natureza e condensando-as, poderíamos extrair todos os dados necessários.

De posse dos demonstrativos financeiros, uma vez que nem sempre teremos acesso à ficha (ou livro) da "conta Caixa", lançaremos mão de uma técnica bastante prática, propiciando, assim, a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa para empresas diversas. (MARION, 2006, p.427)

Para elaborar uma DFC, é necessário: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (SOARES, VIEIRA, FARIA e FREIRE, 2007).

A DFC Pode ser apresentada por duas maneiras, pelo método direto ou pelo método indireto.

O método direto também é conhecido como Fluxo de Caixa no Sentido Restrito, é considerado como o verdadeiro Fluxo de Caixa, por demonstrar de forma completa e detalhada todos os recebimentos e pagamentos referentes as transações ocorridas no período.

Método indireto, também conhecido como Fluxo de Caixa no Sentido Amplo. Sua elaboração é muito parecida com a DOAR que analisa de forma mais abrangente os itens não circulantes, e as alterações dos itens circulantes excluindo as disponibilidades. Neste método considera-se como saídas o aumento nas contas do Ativo Circulante e as diminuições do Passivo Circulante, as entradas são consideradas as diminuições de Ativo Circulante e aumento do Passivo Circulante (SOARES, VIEIRA, FARIA e FREIRE, 2007).

2.3.5 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A DVA é uma das vertentes do Balanço Social, sendo esse relatório responsável por evidenciar as áreas da empresa socialmente responsáveis e, é composto pelo Balanço de Recursos Humanos, Balanço Ambiental e Prestação de Serviços à Comunidade (TINOCO & MORAES, 2008).

Tinoco (2001, p. 68) faz a seguinte observação:

“A elaboração da DVA não tem o objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício, cuja função principal é informar como se forma o resultado líquido de determinado período. Na DVA, o objetivo principal é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações, ou seja, os “*stakeholders*”. Um aspecto importante no cálculo do valor adicionado é a base de mensuração, produção ou vendas”.

De acordo com o art. 1º. da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em vigor desde 01/01/2008, as companhias abertas deverão elaborar e publicar a Demonstração do Valor Adicionado, contemplando as seguintes informações: “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, fornecedores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída”. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa.

2.3.6 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

A Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (DLPA) tornou-se obrigatória com o advento da Lei 6.404/76 e tem como objetivo evidenciar as mutações ocorridas na conta de lucros (ou prejuízos) acumulados durante um período de apuração contábil. Na elaboração da DLPA adota-se a aplicação do princípio do regime econômico, ou da competência de exercícios, pois ajustes de exercícios anteriores sobre elementos patrimoniais não devem afetar o resultado do exercício atual.

A DLPA demonstra o valor das reservas constituídas a partir do lucro líquido e os dividendos a serem pagos aos acionistas. De acordo com o que determina o artigo 186 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a DLPA é um relatório contábil que evidencia:

Art. 186. [...] I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Para tanto o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Lucros e ou Prejuízos Acumulados (DLPA) são interdependentes. Os lucros de um período contábil, apurados na DRE, são transferidos para a DLPA, que inicia com o saldo anterior de lucros acumulados

constantes do balanço do ano anterior. As destinações dos lucros que são realizadas na DLPAs têm como contrapartida contas do patrimônio líquido, grupo de contas do balanço patrimonial (IESDE BRASIL S.A, 2018).

2.3.7 Notas Explicativas

As notas explicativas tem o objetivo de esclarecer as informações sobre a situação patrimonial e fazer referência a fatos que no futuro, possam vir alterar esta situação.

O § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/1976 afirma que:

"as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

As notas explicativas podem estar associadas a qualquer demonstração contábil, são úteis e necessárias para uma melhor análise e entendimento das demonstrações.

2.4 UTILIDADE DA CONTABILIDADE FINANCEIRA

Segundo Silva (2010) os ramos da contabilidade têm papel fundamental na vida econômica das organizações. Mesmo nas economias mais simples é essencial manter a documentação das negociações e dívidas. Diante disso, a contabilidade financeira possui valor relevante correspondente a sua análise, diagnosticando as condições, fatores e os resultados que influenciam na atividade das empresas. Nas microempresas, ela serve de orientação, pois utiliza os dados contábeis na identificação de possíveis recursos. Por isso, essa atividade dentro da empresa serve como auxílio.

A análise financeira é uma ferramenta que nos auxilia na avaliação da empresa. A contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa. Uma análise desenvolvida com base em dados contábeis confiáveis reduz o grau de incerteza decorrente da ausência de referenciais quantitativos. (SILVA, 2010).

As informações geradas pelo setor financeiro são encaminhadas para os usuários responsáveis pelo planejamento e organização no funcionamento dos negócios, chamados de usuários internos, ou seja, gerentes de marketing, diretores financeiros e executivos da empresa. Porém, há também os usuários externos que utilizam as informações fornecidas para decidir se é confiável investir e avaliar os riscos de empréstimos, como no caso de investidores, fornecedores e instituições financeiras.

De acordo com Weygandt, Jerry et. al. (2005, p. 03) Por transmitir a informação financeira sobre uma empresa, a contabilidade frequentemente é chamada de "linguagem dos negócios". A informação de que um determinado usuário da informação contábil necessita depende do tipo de decisões que ele tem que tomar.

Constantemente, o âmbito financeiro assim como outros setores, passa por alterações necessárias para o progresso empresarial, o que se atribui as mudanças do mercado. Surgem novos dispositivos, procedentes financeiros que alteram a maneira de proteção das empresas contra eventuais riscos.

Nos últimos anos, o campo das finanças sofreu grandes mudanças. Para as pessoas que atuam no mundo dos negócios, conhecer finanças é essencial. Os acadêmicos, por sua vez, estão constantemente desenvolvendo novos conceitos e atualizando suas teorias para se manterem a par das rápidas mudanças que ocorrem no mercado financeiro. Atualmente, temos softwares financeiros altamente sofisticados que nos fornecem extensos arquivos de dados e ferramentas matemáticas para desenvolver relações para a tomada de decisão. (GROPPELLI, et. al. 2010, p. 04).

2.5 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Em qualquer entidade, o contador é o responsável pelo gerenciamento da informação e este por sua vez é a chave para o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Segundo Crepaldi (2011, p. 07) as empresas utilizam as informações para comunicar as atividades em uma parte da organização aos responsáveis pelas decisões em outra parte. Entretanto, as informações fazem mais que simplesmente comunicar. O tipo de informações comunicadas provoca ações que determinam o desenvolvimento da empresa.

Com a modernização e as avançadas mudanças tecnológicas, a contabilidade financeira sofre com a realidade, devido seus sistemas nas empresas que às vezes são ineficientes, dificultando o desempenho das atividades e o processamento das informações.

Nessa era de rápidas mudanças tecnológicas, de vigorosa competição global e doméstica e uma enorme expansão da capacidade de processamento das informações, os sistemas de contabilidade gerencial estão deixando de fornecer informações úteis, oportunas para as atividades de controle de processos, avaliação do custo de produtos e avaliação de desempenho dos gerentes. (CREPALDI, 2011, p.08).

Considerando essa afirmação para que haja progresso e avanços das empresas, é de extrema importância o setor financeiro, pois através dele é possível obter informações oportunas para que as decisões tomadas pela administração possam evitar prejuízos provocados pela ausência de comunicação.

As empresas estão sempre tentando melhorar a eficiência de suas operações a fim de conseguir mais lucratividade. Das ferramentas de que os administradores dispõem, as tecnologias e os sistemas de informação estão entre as mais importantes para atingir altos níveis de eficiência e produtividade nas operações, especialmente quando combinadas com mudanças no comportamento da administração e nas práticas de negócio. (LAUDON, et. al. 2010, p. 10)

2.6 RELAÇÃO CUSTO X BENEFÍCIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Assim como qualquer bem, a referência contábil tem um custo e este tem que ser comparado às vantagens geradas. Todavia é muito complicado mensurá-los, e essa relação custo x benefício de um sistema de referência, sempre fica na mente do administrador na hora de admitir os serviços contábeis.

O melhor a ser realizado é confiar no bom senso, na experiência e nos acontecimentos de sucesso de enormes empresas e, ainda, tentar definir um contato para reconhecimento no grau de enredamento e originalidade dos seus sistemas de referência.

Com o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, seja industriais, comerciais ou de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa. Isto ocorre pois, devido à alta competição existente, as empresas já não podem mais definir seus preços apenas de acordo com os custos

incorridos, e sim, também, com base nos preços praticados no mercado em que atuam. (MARTINS, 2003, p. 15).

Logo, os gestores podem lidar de forma diferente com um mesmo sistema de referência. É possível que um administrador consiga usar com mais eficácia que outro, de tal forma que alguns tomadores de resolução sabem extrair referências de um sistema simples, enquanto outros não tomam informação de um sistema mais complicado.

Por outro lado, há aspectos que podem reduzir a qualidade da referência contábil, como por exemplo, sua luta, de nada resolve ser verdadeira se não chegar a tempo adequado para a tomada de resolução.

Os gestores precisam compreender que benefícios criados pela confirmação que irão superar os seus relativos gastos. Por isto, o fundamental benefício é a melhoria da imagem da empresa com uma verificação mais clara do seu patrimônio.

2.7 IMPORTÂNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CONTEXTO NACIONAL

Segundo o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), em um estudo atualmente publicado, o Brasil tem mais ou menos seis milhões de MPEs. Diante disso, o é apontado um dos países mais realizadores do mundo, visto que esse custo corresponde a cerca de 97% de todas as organizações existentes no país.

Estas mobilizam a economia do país, tendo em vista utilizam aproximadamente 52% dos trabalhadores do país e criam 20% do PIB brasileiro, conforme com os dados do SEBRAE em 2017, sendo, ainda, fundamental o mercado que absorve a busca dos formandos em gestão de empresas.

Esse estudo também confirma que 27% de todas as empresas geradas no Brasil terminam fechando as portas em menos de um ano de existência. Isso está ligado à carência de planejamento e administração das ações a serem realizadas.

O progresso de uma entidade, livre de seu porte, está condicionado à eficiência de atender as dificuldades dos clientes, usuários de produtos ou serviços e, conseqüentemente, produzir resultados.

Planejamento e efetivação devem ser um procedimento ininterrupto dentro da empresa, propiciando definição do que vai ser realizado, como vai ser feito, qual destinação, quem vai realizar, o prazo, quanto vai ser o gasto e assim por diante (SEBRAE, 2017).

Dentro dessas possibilidades, além da preparação dos administradores para efetivações dos processos, é fundamental que se tenha um elenco de referências que propiciem o controle dos resultados adquiridos e, se preciso a correção dos números. Em resumo, a empresa não detém dessas referências e, por essa razão as MEs e EPPs terminam enfrentando difíceis problemas de sobrevivência no mercado.

A contabilidade oferece as referências necessárias para o controle, servindo de apoio para o planejamento, tornando, assim, o principal instrumento de orientação à gestão. No entanto, esta ciência colabora de maneira significativa para o sucesso do negócio, ao oferecer as referências econômicas, sociais e financeiras para que seus clientes possam tomar resoluções com mais segurança (MARTINS, 2003).

Ao tratar referências econômicas, refere-se ao procedimento produtivo e operacional, ou seja, remete-se ao preço e as receitas ligadas a produto que a empresa comercializa. Por outro lado, quando se menciona em área financeira, alude à liquidez, ao caixa, isto é, refere-se à gestão do caixa da empresa, como é o caso de criar o capital de giro, administrar fornecedores quanto ao tempo de pagamento e o limite que se espera receber as vendas a prazo. Tanto um quanto o outro incentiva diretamente os padrões sociais do mundo.

2.8 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

No Brasil, são diversos os critérios para especificação dos portes das empresas, tendo em consideração padrões quantitativos e qualitativos ou a união de ambos. Os critérios quantitativos são mais objetivos e acessíveis de serem apresentados, referem-se ao faturamento por ano, quantidade de trabalhadores, entre outros. Já os qualitativos têm uma identificação mais composta como a atuação e domínio de mercado e relatos administrativo.

O § 1º do art. 3 da Lei Complementar nº 123/06, determina a receita bruta como “o produto da venda de bens e serviços nas ações de conta própria, o custo do serviço prestado e o resultado nas execuções de conta alheia, não incluídas as vendas censuradas e os descontos incondicionais apresentados”.

Todas as empresas optantes pelo Simples Nacional são, necessariamente, ME e EPP, mas nem toda ME e EPP podem optar por esta gestão tributária, em razão de evoluírem funções que são obstantes a esse sistema.

O SEBRAE assegura que a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte. Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios. A Lei Geral uniformizou o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual. As microempresas serão sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

2.9 A CONTABILIDADE NO CENÁRIO ATUAL

No decorrer do tempo a contabilidade foi se utilizando de ferramentas mais atuais, primeiro com a criação do papiro pelos egípcios e, depois com o aparecimento dos registros manuscritos, que depois foram alterados pela mecanografia e, atualmente, pela informática.

Para Robinns (2002) as modificações sempre estiveram atuantes ao longo da história da humanidade, mas nunca ocorreram com tamanha rapidez e com tanta potência como nos dias atuais. As empresas precisam está em permanente mudança, sob pena de destruir seu espaço no mercado.

Por sua vez, Oliveira (2003) comunica que a escrituração era realizada de maneira manual no livro diário, motivo, caixa e outros esse procedimento deixou de ser realizado com a vinda das maquinas originadas dos estados unidos, tendo em vista que tinha uma enorme dificuldade de permanecer as escritas em dia, devido ao enorme volume de referências.

O processo eletrônico ou computadorizado com o desenvolvimento tecnológico tornou-se uma das grandes formas de se processar as referências criadas pelas operações financeiras e econômicas de uma organização, a velocidade do sistema eletrônico diminui o prazo de contabilização livre da quantidade de lançamentos. (MARION, 2009).

Igualmente, as enormes modificações no mundo contemporâneo têm mudado a forma como as pessoas e as empresas se desenvolvem, e a contabilidade como tecnologia não poderia ficar ausente desse processo de globalização. A Tecnologia da Informação (TI) está provocando uma enorme revolução no processo de administração empresarial.

Com essas transformações, a contabilidade libera seu autêntico papel, que é o de prover seu cliente com referência. Da mesma maneira que essa atual realidade valoriza bastante o profissional contábil, exigindo que os mesmos se modernizem constantemente, pois o ritmo das transformações é rápido.

Os progressos tecnológicos, aliado à eficiência de difusão de atuais técnicas produtivas aparecem a todo minuto em qualquer lugar, por isso, o uso de incentivos competitivos e ferramentas estratégicas de administração, suplantam gestões que se detém princípios ultrapassados.

Dentro dessas atuais vertentes, além da convergência para as regras internacionais no processo de harmonização, também aparece o SPED, que veio atualizar a maneira como os encargos são propagados ao governo.

Conseqüentemente, o crescimento dos gastos públicos fez aparecer a necessidade do volume de recolhimento dos tributos, tornando-se necessário o uso de um sistema de avaliação aprimorado, tendo em vista que na maior parte das vezes a tributação é dada ao fisco pelo próprio contribuinte. Ficando o ente público encarregado somente pela fiscalização.

Mais do que uma modificação na maneira de cumprimentados encargos, há uma transformação na cultura atual em nossa sociedade: a alteração do uso do papel por livros digitais. Com isso, não será mais importante armazenar uma enorme quantidade de papel nem os imprimir, visto que os encargos fiscais passaram a ser digitais.

A transformação fez-se obrigatório por causa do uso do papel ter estagio que dificultaria ter chegado a um estágio que o contribuinte teria que cumprir seus

encargos, quanto ao estado monitorar, em virtude da redundância de referências, grande quantidade de papel guardado e o tempo perdido.

Conforme Azevedo e Mariano (2011), tratando-se em atualizar os procedimentos de fiscalização, o projeto SPED foi planejado com os propósitos de promover a operação integrada dos fiscos, ou seja, com sua atividade cada esfera do governo poderá solicitar uma única fonte de referência dentro de um leiaute que autoriza o cruzamento de dados; uniformizar as premissas assessorias, no entanto não será uma redução dos referências entregues, mas a redução na quantidade das declarações; e, por fim, tornar mais ativa a referência de ilícitos tributários, à medida que esses referências chegam ao banco de dados que autoriza o cruzamento de referências entre diversos contribuintes.

Neste contexto, o SPED é uma realidade que as empresas enfrentam, visto que representa uma modificação na cultura organizacional tradicional, que não apenas tratará da área fiscal da organização, mas também da empresa das referências, colaborando para que tenham mais atividade e qualidade.

Para isso, as empresas precisam ter uma aflição maior diante das referências prestadas ao fisco, pois a fiscalização somente de ser rápida é efetiva, por se tratar de arquivos eletrônicos que podem ser cruzados com referências prestadas nas diferenciadas esferas governamentais.

O novo instante é desafiador para o profissional contábil, no entanto, aquele que não procurar se conciliar a essa atual realidade, irá enfrentar muitos obstáculos ao se manter no mercado. Diante disto, é perceptível a necessidade de um técnico com capacidade de análise, síntese, que esteja ligado na legislação e principalmente as informações de TI.

Quanto à harmonização das regras internacionais no dia a dia das organizações, o principal norte do cenário financeiro é a contabilidade, pois é por meio desta que as organizações podem oferecer suas referências aos vários tipos de cliente, com maior transparência. No entanto, ainda existe uma enorme dificuldade em transmitir essas informações no mundo, e foi pensando nisso que se planejou a realização de um sistema de regras impostas em consonância com as internacionais.

Cada país tem suas próprias normas, leis e regras concernentes as apresentações contábeis, o que autoriza concluir que a maneira de escrituração é

diferenciada de uma nação para outra, em razão das suas funções e particularidades.

Com a globalização, onde a concorrência não é prioridade a loja ao lado, mas uma organização que pode ser definida em qualquer lugar do mundo fez-se necessário a preparação de formação contábeis que fossem entendidas por todos, dando começo ao processo de harmonização.

Para Niyama (2007, p. 40), “a procura de uma harmonização contábil internacional tem comprometidos iniciativas de vários organismos em nível universal, bem como esforços profissionais de diversas entidades de classe, de esfera regional”.

Diversos órgãos preocupam-se com as oposições das referências contábeis no mundo todo, e tentam fazer com que estas sejam entendidas entre elas. As principais empresas comprometidas nesse processo são: o *International Accounting Standard Board* (IASB) e também e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

Niyama (2010) confirma que ainda tem várias dificuldades no processo de harmonização contábil internacional. Em países vigorosamente legalistas, a dificuldade para legalização é maior, pois diversos países emergentes e, também, em países civilizados a contabilidade está vigorosamente atrelada à tributação, onde as regras ditam critérios de averiguação, apropriação e especificação contábeis.

Os essenciais benefícios conduzidos por esse processo de harmonização é a transparência nas apresentações contábeis, aproximando a contabilidade da realidade, colaborando, assim, para a qualidade dos seus relatos que serão enviados para os clientes.

2.10 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Nos primórdios, o propósito da contabilidade era comunicar ao proprietário o resultado (positivo ou negativo) de um determinado negócio, num determinado tempo. No âmbito econômico atual, Crepaldi (1998) demonstra que apenas esses dados não são suficientes, pois há diversos outros clientes interessados em referências contábeis de peculiaridades distintas.

Conforme com a visão predominante, o propósito da contabilidade seria criar referências para tomada de resoluções racionais, servindo tanto para os clientes

internos quanto para os externos. Os clientes internos seriam os proprietários, administradores e gestores e os externos seriam fornecedores, usuários, instituições de crédito, sindicatos, governos e etc. cada um com uma característica informacional diferenciada.

O referencial contábil é usado por uma extensa gama de declives, com as mais variadas funções, os credores querem conhecer a eficiência de pagamento, o governo usa para dados estatísticos no sentido de aperfeiçoar a economia, clientes analisam se a empresa tem condições de responder aos seus pedidos, os bancos usam para a concessão de empréstimos e, para isso, os administradores precisam de referências confiáveis para orientar no processo de decisão.

A contabilidade pode ser compreendida como a linguagem empresarial, por ser tratada como instrumento de referência de orientação à administração, considerando as necessidades dos clientes que procuram por informações da situação econômico-financeiras das entidades, por meio das apresentações, a fim de verificar os riscos de um futuro investimento e orientação na tomada de decisão.

Em resumo, o propósito principal da contabilidade é prover seus clientes de informações, cuja fundamental finalidade reside em ser um instrumento útil para tomada de resolução.

Assim, a contabilidade é a ciência que tem por propósito o estudo das variações quantitativas e qualitativas realizadas no patrimônio da entidade, por meio dela são fornecidas as informações úteis para a tomada de resolução. Dessa forma, atinge um conjunto de técnicas para comandar o patrimônio das entidades, mediante o uso dos conceitos, regras e métodos próprios, medindo, entendendo e informando os fatos ao dono da empresa.

Para Fabretti, (1997) contabilidade é a ciência que estuda, registra e comanda o patrimônio e as alterações que nele operam as ações e fatos administrativos, apresentando no fim de cada exercício social o resultado adquirido e a situação econômico-financeira da entidade.

Já Ludícibus (2009, p. 33) argumenta que “o propósito da contabilidade pode ser especificado como sendo fornecer referência estruturada de natureza econômica, financeira e, secundariamente, física, de produtividade e social, aos clientes internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Dentre outras finalidades, a contabilidade é o instrumento administrativo para tomada de resolução, na emissão de informações transparentes e objetivas para o

gestor, pois sem os relatos precisos e esclarecidos não há perspectiva de um planejamento harmonioso.

A finalidade de fornecer componentes para uma correta administração do negócio é sem dúvida essencial, permitindo, assim, tomada de resoluções eficientes. (FABRETTI, 1997).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa estuda o perfil e a utilização da escrituração contábil de uma amostra de quinze microempresas situadas em Santana do Ipanema/AL, escolhidas em diversos ramos de atividade, ou seja, a característica do serviço de escrituração contábil em uma determinada população e o fenômeno da utilização desse serviço.

Classificado com um trabalho, quanto aos objetivos, descritivo, pois segundo Gil (2002), o trabalho descritivo tem como objeto principal descrever as características de determinada população, fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis, utilizando técnica de padronização de coletas de dados como questionários, que objetivasse estudar as características de um grupo.

O trabalho está dividido em duas partes, utilizando dois procedimentos distintos, primeiramente o embasamento teórico que é desenvolvido com base em diversas obras da área de contabilidade, além de artigos e trabalhos acadêmicos. A segunda etapa consistiu na aplicação de dois questionários em quinze microempresas e seis escritórios de contabilidade da cidade de Santana do Ipanema/AL.

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

As entrevistas foram realizadas de forma presencial nos seis escritórios contábeis e nas quinze microempresas de Santana do Ipanema/AL. Esta cidade foi escolhida para a execução da pesquisa por ter um índice mínimo de abordagem do tema dentro do município e por conveniência da pesquisadora.

Primeiramente, utilizou-se questionário que foi aplicado dentro dos escritórios contábeis com o objetivo de traçar as características das microempresas clientes desses escritórios contábeis, tais como: se encaminham os documentos em tempo hábil para o contador; quais são os serviços contábeis contratados por essas empresas; quais informações demonstram mais interesse, etc.

O segundo questionário foi aplicado em quinze microempresas de diversos ramos de atividade, escolhidas aleatoriamente, tendo como principal foco conhecer a utilização da informação contábil gerada pela escrituração contábil na tomada de decisão, e o serviço contábil contratado por essas microempresas, se o contador entrega mensalmente a demonstração do resultado e o balancete mensal, se as demonstrações são analisadas pelo contador, e se o administrador da microempresa utiliza as informações que estão contidas nas demonstrações contábeis para nortear a sua tomada de decisão.

É importante destacar que tanto os questionários aplicados nos escritórios de contabilidade como nas microempresas foram adaptados do trabalho de Souza (2007). A autora realizou uma pesquisa em escritórios de contabilidade e microempresas na cidade de Florianópolis/SC.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada de maneira padronizada, possibilitando o registro, a análise, a classificação e a interpretação das informações, com o intuito de conhecer o serviço contábil que as microempresas contratam, se a escrituração contábil é utilizada para amparar e direcionar as tomadas de decisões, e que tipo de informações essas empresas solicitam.

3.4. ANÁLISE DOS DADOS

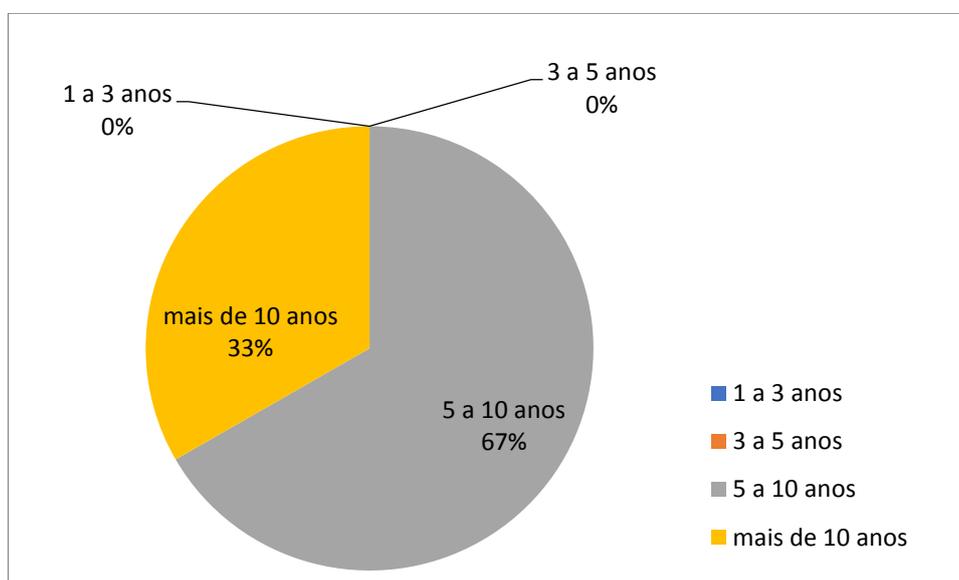
Foi aplicada uma abordagem quantitativa no procedimento de análise e interpretação dos dados adquiridos que possibilitou conhecer o tipo de informação contábil que essas microempresas utilizam, qual o tipo de serviço contábil é contratado por essas empresas, entre outras conclusões. Ainda, utilizou-se o *software* Excel para que fossem tabulados os dados coletados e realizadas as análises descritivas através de gráficos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo foi apresentado a análise dos resultados para melhor entender como os serviços contábeis são utilizados para tomada de decisões nas empresas.

O gráfico 1 retratou o tempo de atuação das empresas no mercado. Percebeu-se que 33% estão a mais 10 anos e 67% estão atuando entre 5 e 10 anos.

Gráfico 1 - Tempo em que a empresa está no mercado

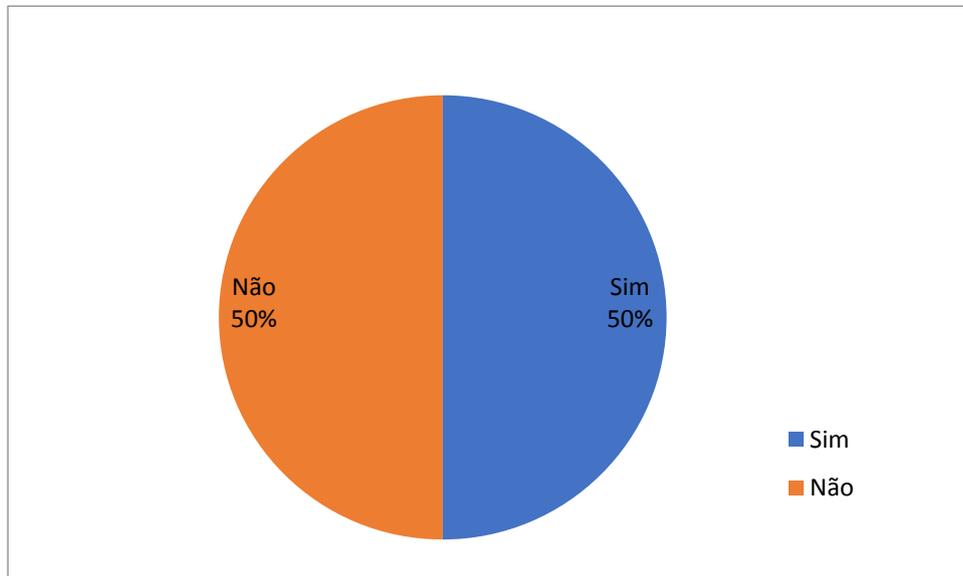


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante dos resultados encontrados, verificou-se que as empresas entre visitadas estão resistindo as adversidades administrativas e se mantendo dentro do mercado cada vez mais competitivo.

O gráfico 2 buscou verificar se os empresários possui algum tipo de experiência como gestor. Os resultados demonstraram que 50% dos entrevistados afirmaram possuir experiência na área administrativa. E 50% afirmou que estava gerenciando uma empresa pela primeira vez.

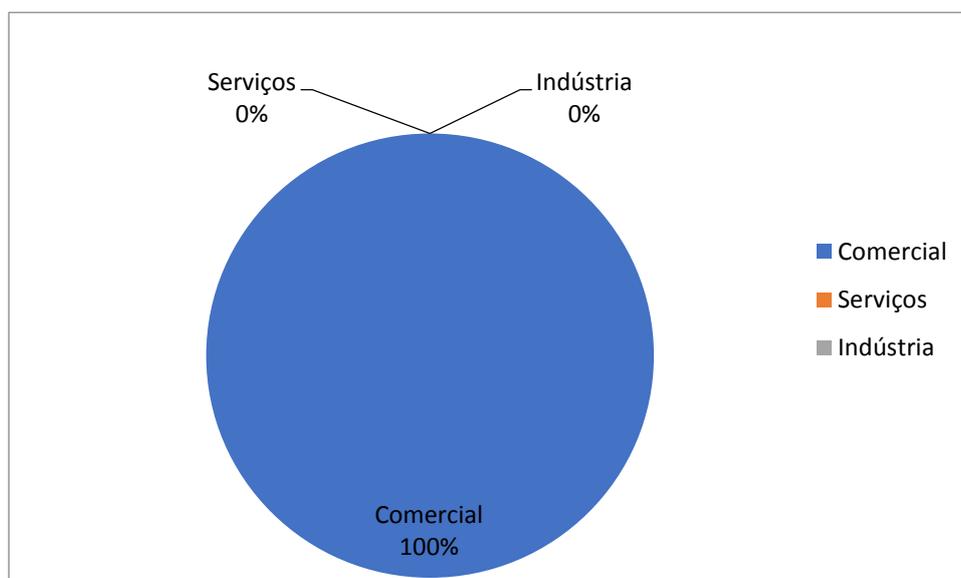
Gráfico 2 - O administrador possui experiência profissional anterior?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 3 buscou verificar o ramo de atuação das empresas entrevistadas. Percebeu-se que 100% destas atuam no ramo comercial, dentre as opções: Indústria, comércio varejista e prestação de serviço.

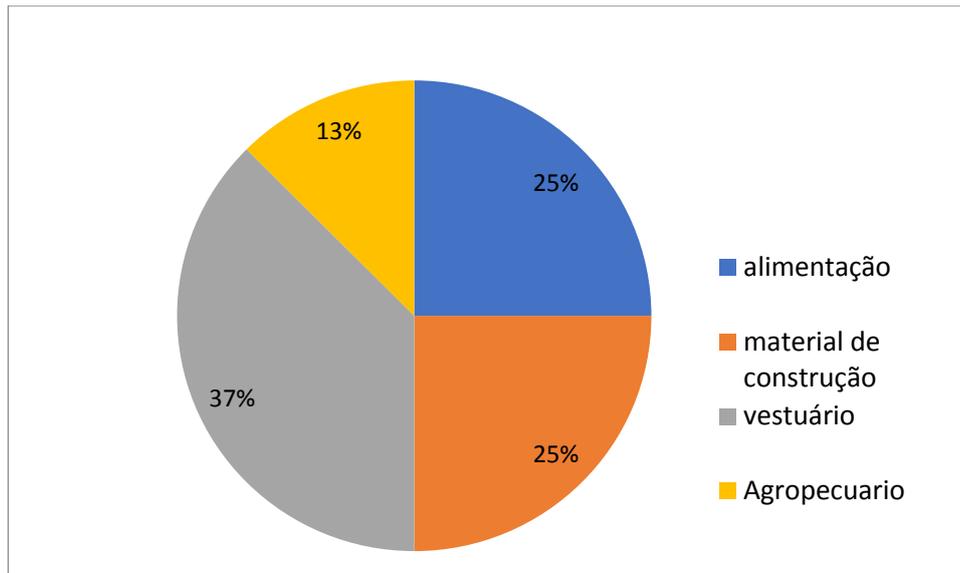
Gráfico 3- Mercado de atuação da empresa



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 4 destacou a principal atividade realizada pelas empresas entrevistadas. Os resultados demonstraram que 37% é do ramo de vestuário, 25% atuam no ramo de alimentação, 25% atuam com materiais de construção e 13% no ramo agropecuário.

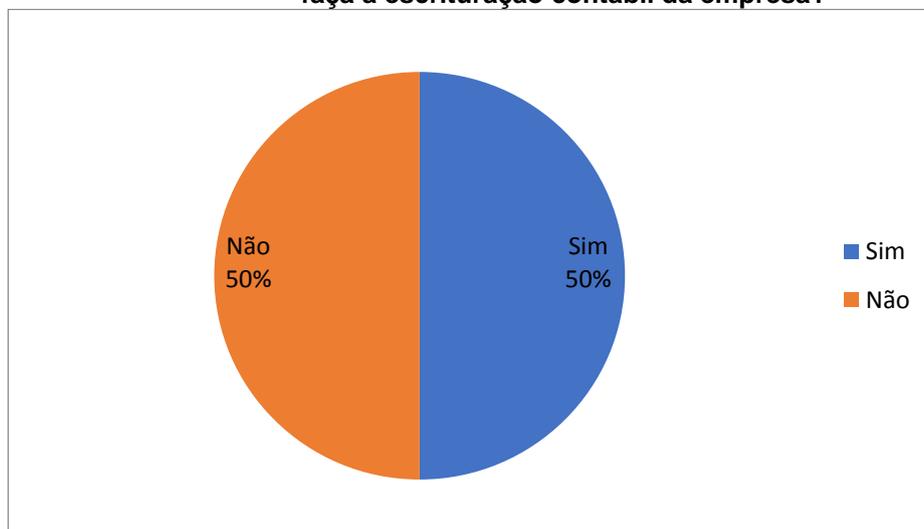
Gráfico 4- Qual principal atividade da empresa?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 5 apresentou o conhecimento dos administradores em relação aos documentos necessários para que o contador realize a escrituração contábil da empresa.

Gráfico 5- O administrador conhece os documentos necessários para que o contador faça a escrituração contábil da empresa?

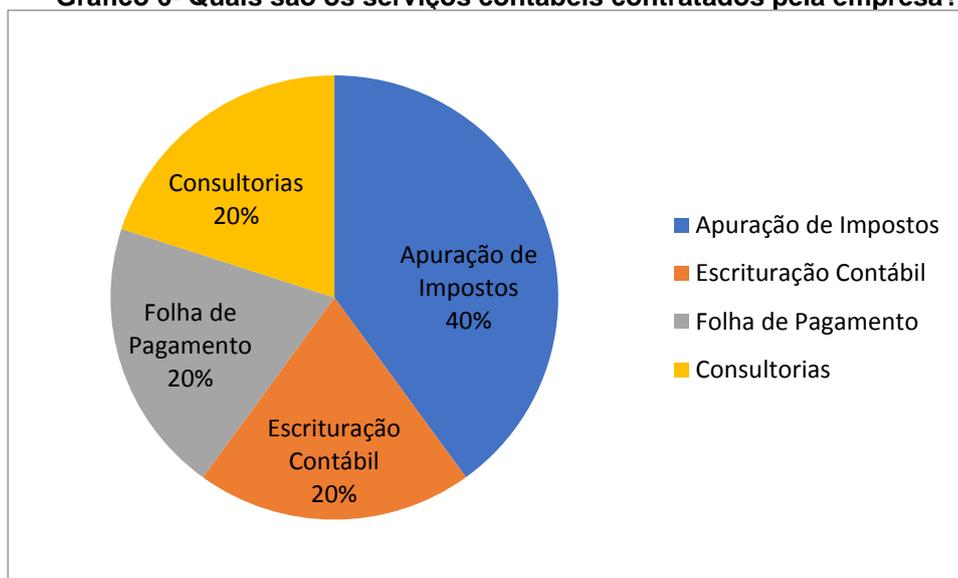


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados demonstraram que em 50% das empresas entrevistadas os administradores possuem conhecimento sobre quais são os documentos contábeis necessários para realizar a escrituração contábil da empresa. A outra metade respondeu que não tem conhecimento sobre os documentos necessários para realizar a escrituração contábil da empresa.

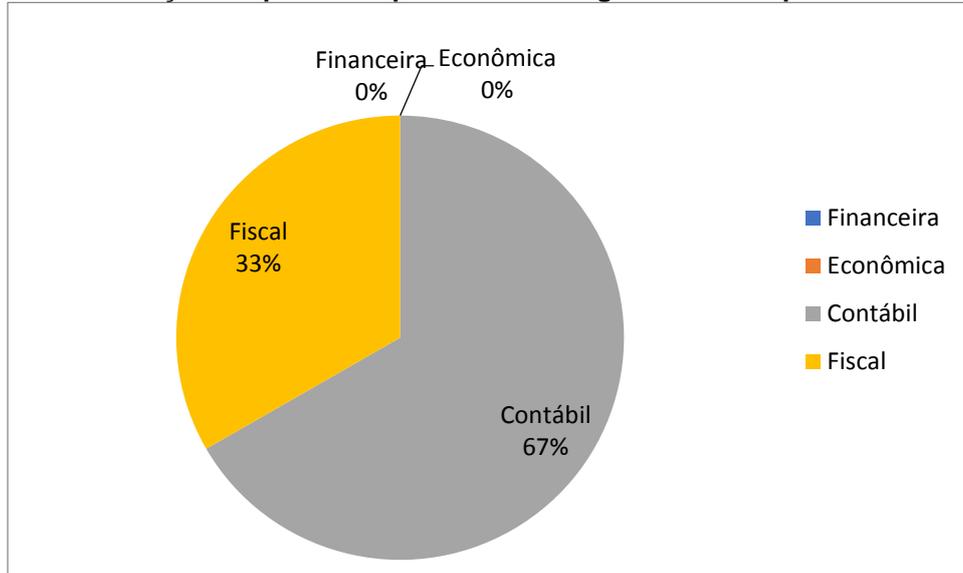
O gráfico 6 apresenta os serviços contábeis mais contratados pelas empresas entrevistadas. Percebeu-se que 40% dos serviços solicitados aos escritórios de contabilidade é para apuração de impostos, 20% responderam que são a escrituração contábil, 20% são serviços referentes a folha de pagamento e os outros 20% são serviços de consultorias.

Gráfico 6- Quais são os serviços contábeis contratados pela empresa?



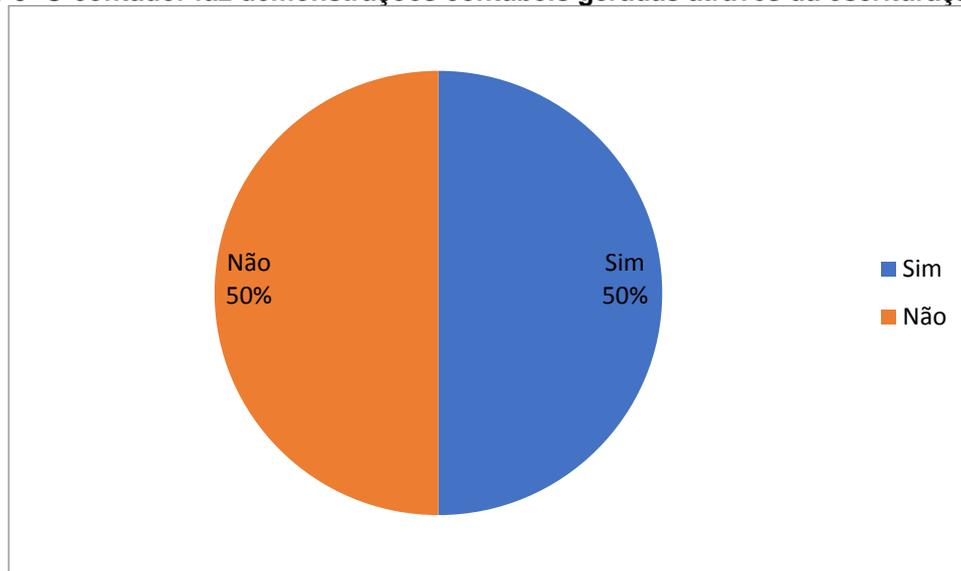
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 7 demonstrou o tipo de informação que essas empresas consideram importante para auxiliar na administração e tomada de decisões pela empresa. 67% dos entrevistados afirmaram que a informação contábil é útil para auxiliar na gestão da empresa e 33% relataram que a informação contábil auxilia na gestão fiscal. Portanto, percebeu-se que a informação contábil é importante para as empresas entrevistadas na tomada de decisão.

Gráfico 7- Informações importantes para auxiliar na gestão das empresas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

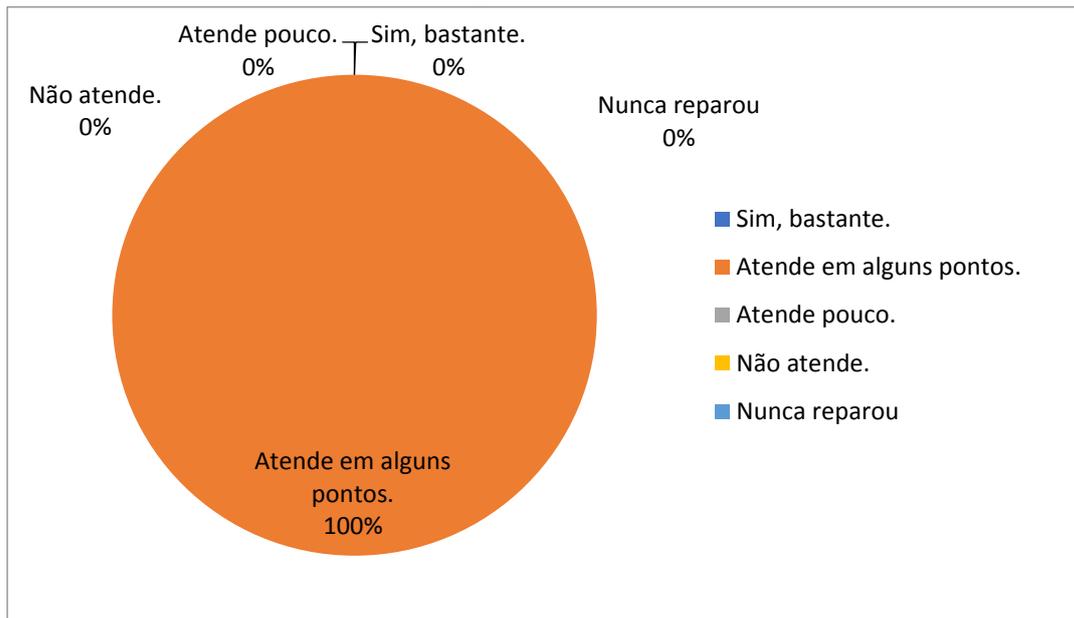
O gráfico 8 apresentou se o contador elabora as demonstrações contábeis através da escrituração contábil. A metade dos entrevistados respondeu que o contador oferece elabora as demonstrações contábeis e realizam consultoria contábil. A outra metade respondeu que o contador não oferece nenhum tipo consultoria das demonstrações contábeis.

Gráfico 8- O contador faz demonstrações contábeis geradas através da escrituração contábil?

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 9 verificou se as demonstrações contábeis fornecidas regularmente pelo contador atendem a necessidade dos gestores das empresas. Todos os entrevistados relataram que não atendem em sua plenitude. Os resultados apresentados estão em concordância com os resultados encontrados nos gráficos 6 e 7, onde foram apresentados os serviços contábeis mais solicitados.

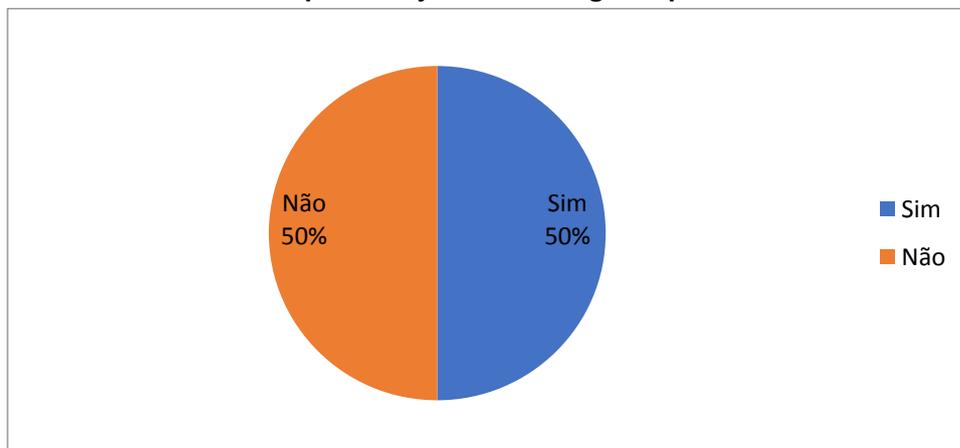
Gráfico 9-As demonstrações contábeis atendem as necessidades de informações para a gestão da empresa?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 10 retratou se o empresário já solicitou algum tipo de relatório contábil para auxiliar na tomada de decisão.

Gráfico 10- O empresário já solicitou algum tipo de relatório contábil?



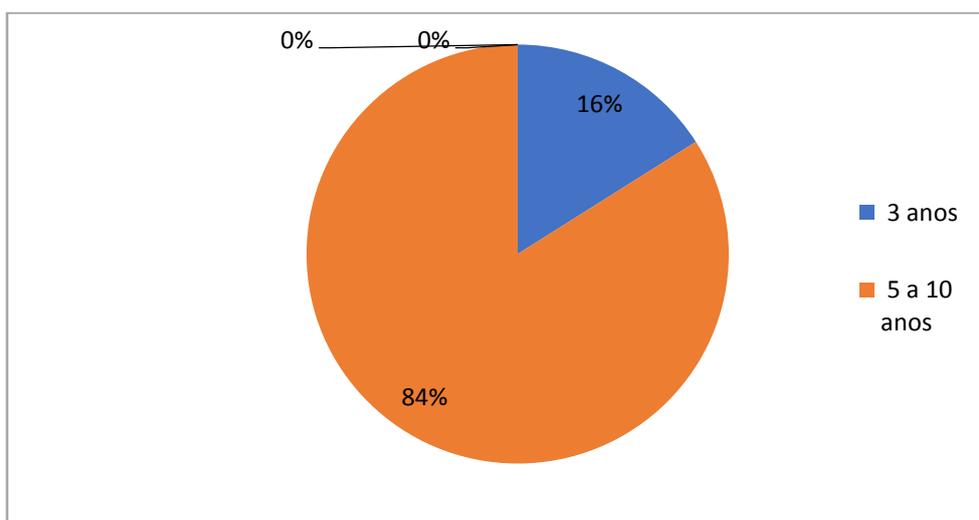
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Identificou-se que 50% dos entrevistados responderam que o administrador/empresário já solicitou algum tipo de relatório contábil, como por exemplo, o fluxo de caixa. A outra metade respondeu que nunca solicitou nenhum tipo de relatório contábil.

Em seguida foi aplicado um questionário nos escritórios de contabilidade com o intuito de investigar o tempo de atuação deles no mercado, o número de clientes, se eles orientam os clientes sobre o envio da documentação aos órgãos competentes, as dificuldades que eles encontram quando solicitam documentos as empresas, se estes entregam os livros contábeis para acompanhamento, bem como verificar os documentos mais solicitados pelas empresas.

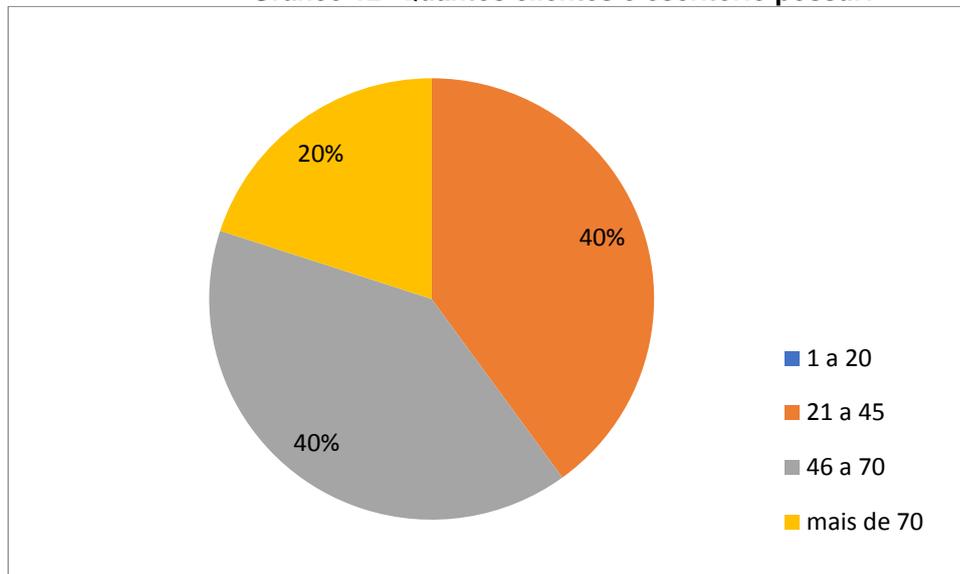
Os escritórios de contabilidade em análise estão atuando no mercado de 5 anos a 10 anos, apenas um escritório tem três anos de atuação no mercado.

Gráfico 11– Tempo de atuação dos escritórios



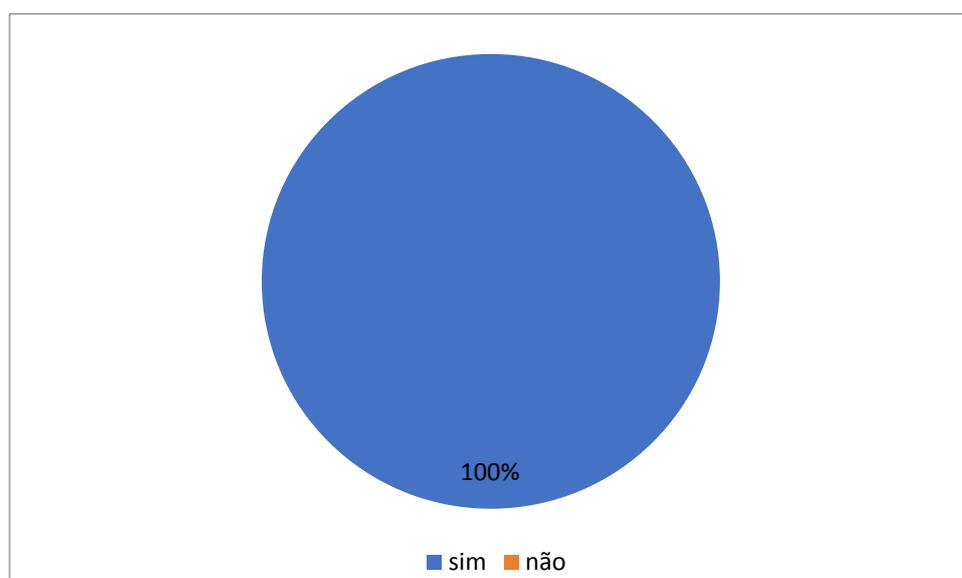
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 12 apresenta a quantidade de clientes que os escritórios entrevistados possuem. 20% possui mais de 70 clientes/microempresas, 40% tem entre 46 e 70 clientes, e outros 40% tem entre 21 e 45 clientes. Diante dos resultados encontrados percebe-se o prestígio dos escritórios entrevistados uma vez que apresentaram uma carteira de clientes razoável diante da realidade e dimensão da cidade de Santana do Ipanema-AL.

Gráfico 12- Quantos clientes o escritório possui?

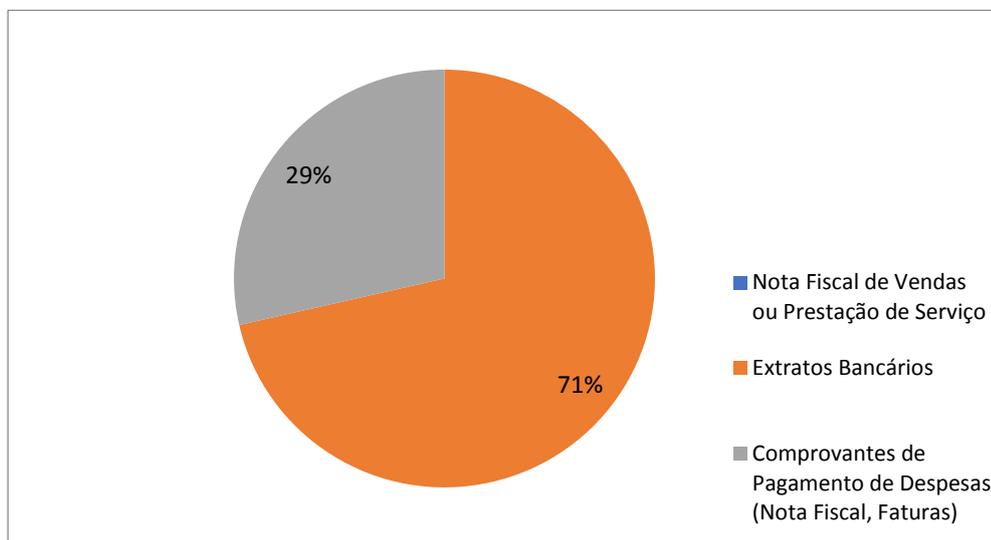
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 13 procurou verificar se os escritórios passam orientações aos cliente sem relação ao prazo de entrega de documentação para fazer a escrituração contábil em tempo hábil. Todos os entrevistados informaram que passam as orientações referente são prazo de entrega para realização da escrituração contábil.

Gráfico 13- A documentação necessária para a escrituração contábil é entregue em tempo hábil?

O gráfico 14 abordou quais são os documentos que os escritórios têm mais dificuldades em receber dos seus clientes.

Gráfico14- Documentos mais difíceis de receber das empresas

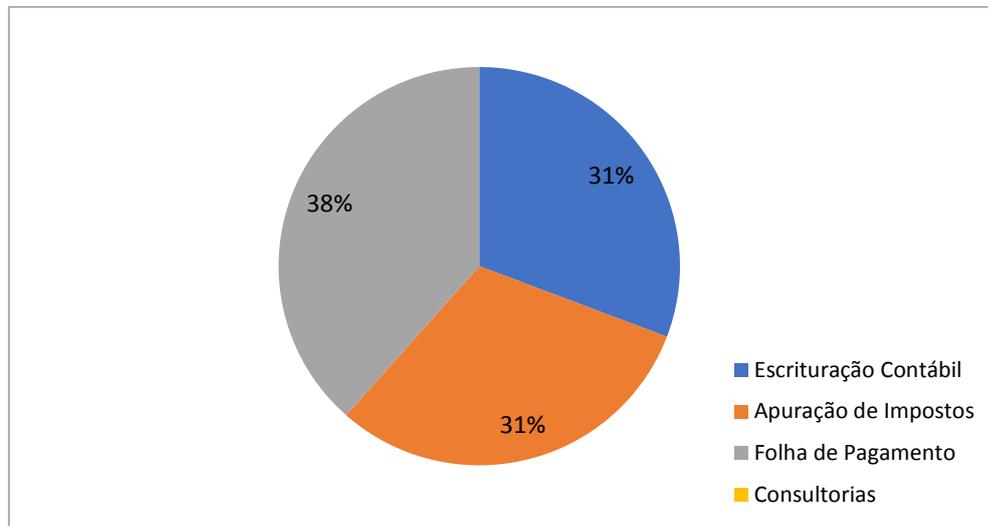


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebeu-se que as empresas demoram e/ou tem dificuldades de passar os documentos para os escritórios, sendo que 29% dos escritórios relataram que os comprovantes de pagamentos de despesas tais como notas fiscais e faturas são os mais demorados. A maioria (71%) afirmou que os extratos bancários são os documentos mais difíceis de receber das empresas em tempo hábil. Pode-se destacar a ausência de organização desses documentos dentro das empresas-clientes, tornando uma dificuldade ao repassar esses para os escritórios de contabilidade.

O gráfico 15 apresentou os serviços mais contratados dos escritórios contábeis. Os serviços mais contratados foram as folhas de pagamentos (38%), depois vieram os serviços de escrituração contábil e apuração de impostos, ambos com 31%. Portanto, observou-se que a principal demanda dos escritórios foi realizar as folhas de pagamentos dos funcionários. A empresa é obrigada a elaborar mensalmente a folha de pagamento da remuneração paga devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamento (art. 225 do Decreto 3048/1999).

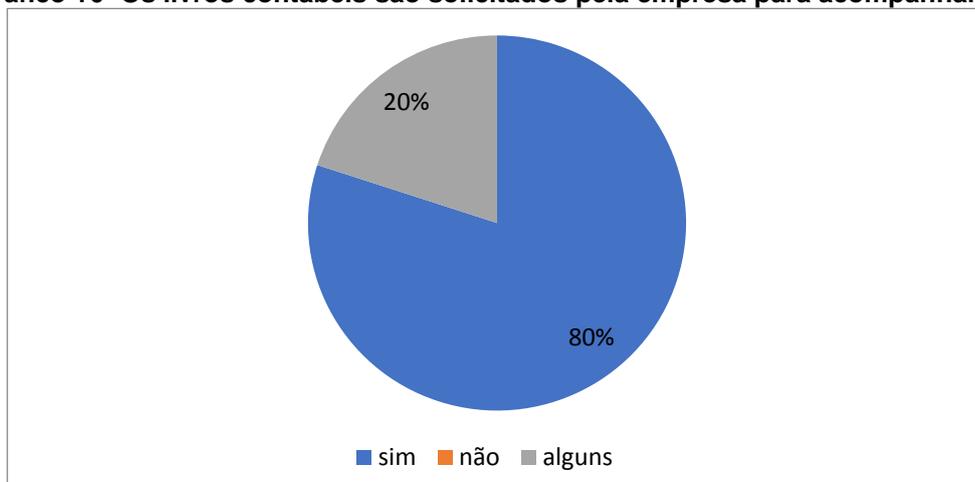
Gráfico 15- serviços mais contratados nos escritórios contábeis



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 16 demonstrou se a empresa solicita os livros contábeis aos escritórios de contabilidade para organização, acompanhamento e controle. 20% dos clientes não solicitam os livros contábeis, entretanto 80% dos escritórios disseram que seus clientes solicitam os livros de contábeis. Os principais livros solicitados pelos entrevistados foram o livro caixa, inventário, livro de entrada e saída.

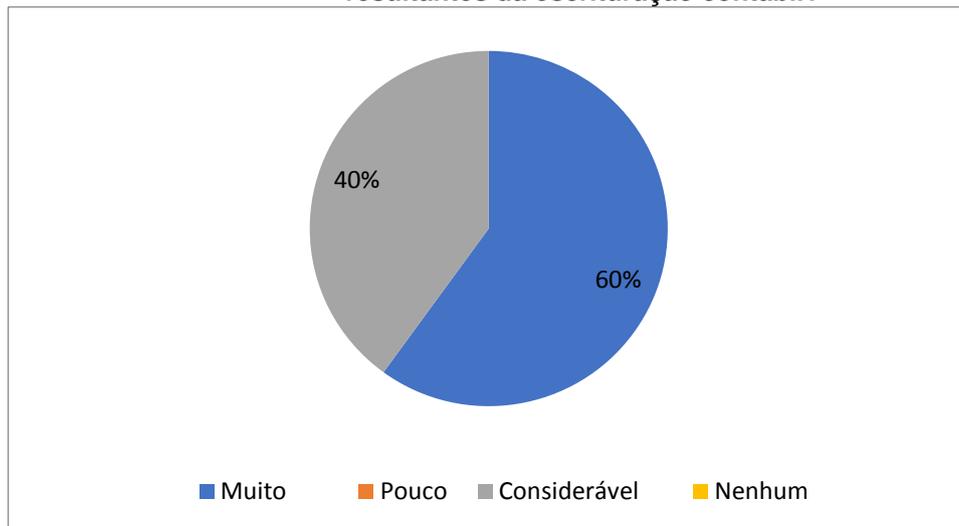
Gráfico 16- Os livros contábeis são solicitados pela empresa para acompanhamento?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 17 retrata o interesse dos clientes em receber as demonstrações contábeis que são resultantes da escrituração contábil. Diante dos resultados, 40% dos escritórios afirmaram que os clientes possuem interesse “parcial” em receber as demonstrações resultantes da escrituração contábil. A maioria dos clientes possuem “muito” interesse nas demonstrações contábeis.

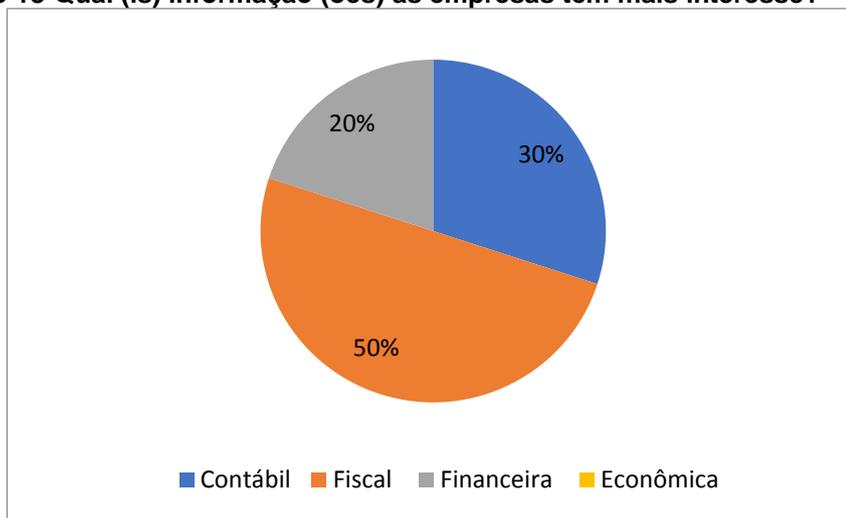
Gráfico 17- Existe interesse dos clientes em receber as demonstrações contábeis resultantes da escrituração contábil?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 18 trata quais as informações que os clientes têm mais interesse. A metade tem mais interesse nas informações fiscais, 30% nas informações contábeis, e 20% nas informações financeiras. Observou-se que o maior interesse dos clientes é na parte fiscal, tendo em vista às exigências impostas pelo Governo e pela alta carga tributária.

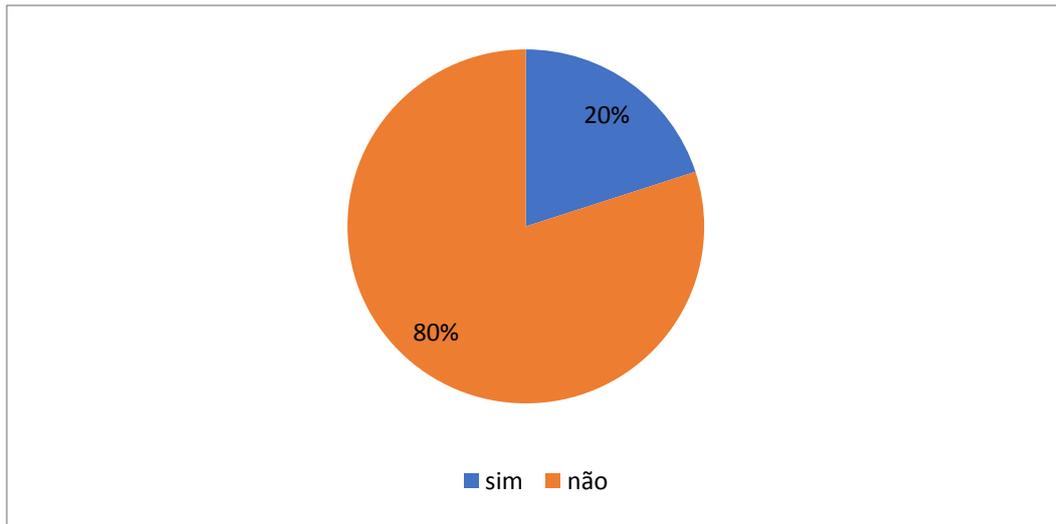
Gráfico 18- Qual (is) informação (ões) as empresas têm mais interesse?



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 19 analisou se os clientes buscam por consultoria sobre as demonstrações contábeis entregues a eles geradas pela escrituração contábil.

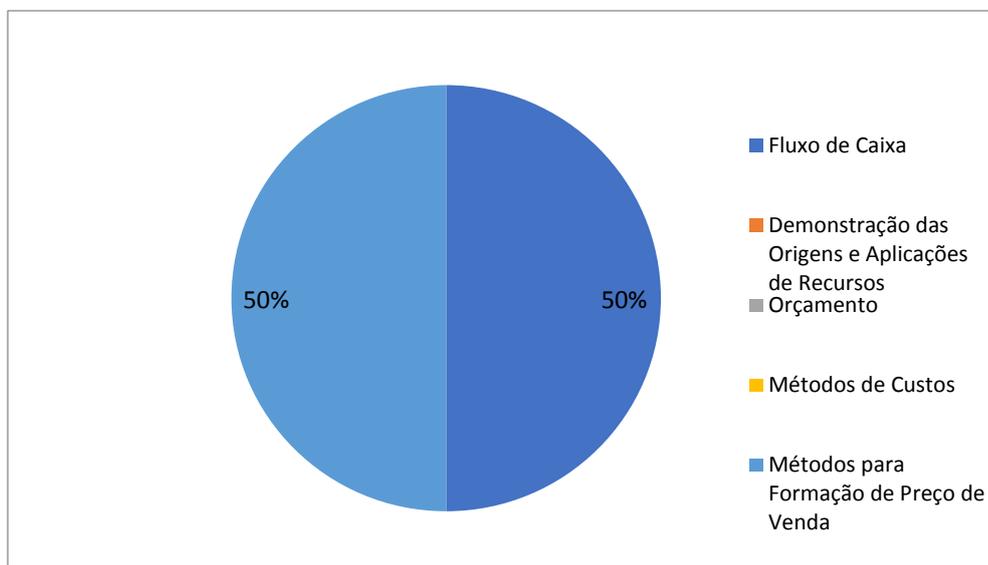
Gráfico 19- Solicitação de consultoria sobre documentos gerados pela escrituração contábil



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Apenas 20% dos clientes buscam por consultoria referente às demonstrações contábeis entregues a eles geradas pela escrituração contábil. Diante desses resultados, percebe-se que os clientes desconhecem a importância da informação no auxílio da tomada de decisão. O gráfico 20 apresenta os relatórios mais solicitados pelos clientes dos escritórios contábeis.

Gráfico 20- Relatórios mais solicitados pelas empresas aos escritórios



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que metade dos clientes solicitam mais os relatórios de fluxo de caixa. A outra metade solicita mais relatórios de métodos para formação de preço de venda. Observou-se que as empresas solicitam poucos relatórios, deixando de utilizar diversas ferramentas que os escritórios poderiam disponibilizar, tais como orçamentos e sistemas de custos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade surge como o instrumento para dar suporte à administração nesse processo, através do registro dos atos e fatos administrativos que irão produzir dados econômicos, que possibilitarão ao administrador planejar e controlar suas ações para traçar os objetivos da empresa.

Embora a Lei do simples 123/2006 tenha trazido uma forma simplificada de apuração dos impostos, também trouxe as indefinições sobre ter ou não uma contabilidade estruturada, desta forma, muitos pequenos empresários deixaram de usar a contabilidade como ferramenta útil para tomar decisão das empresas e passaram a vê-la apenas como “um mal necessário”, ou seja, apenas uma ferramenta na apuração de impostos.

A contabilidade gerencial está mais presente nas decisões e no cotidiano das empresas. O pequeno empresário deve cobrar de seu contador maior participação no que diz respeito à assessoria e ao apoio na administração de sua empresa. O contador, por sua vez, deve abandonar a figura de mero cumpridor das obrigações fiscais e como um mal necessário às organizações empresariais e ser um agente de transformação, um assessor nas decisões tomadas, alguém que extraia dos números as informações necessárias para as decisões, um suporte a administração segura.

Quanto aos objetivos, procurou-se discorrer sobre a importância da escrituração para as MPEs como fonte de informação para apoio na tomada de decisão e como um diferencial competitivo para as empresas.

Diante de todo o aparato bibliográfico que foi consultado nesta pesquisa, fica claro que a escrituração contábil oferece informações valiosas para a tomada de decisão, as informações geradas servem para a administração como subsídios tanto para o processo decisório bem como para planejar as ações futuras.

Para tanto, no estudo exploratório referente às microempresas investigadas, foi possível elucidar que tanto as microempresas como os escritórios de contabilidade mesmo com experiências administrativas precisam explorar mais os requisitos da escrituração contábil e o potencial do contador em consultorias, pois verificou que as microempresas utilizam os serviços contábeis para fins de imposto, fiscalização e as folhas de pagamento, conforme o gráfico 6 apresentou sobre quais são os serviços contábeis contratados pela empresa e obteve uma divisão

significativa entre a diversidade, onde 20% dos serviços contábeis contratados pela empresa são apuração de impostos, que outros 20% dos serviços são para a escrituração contábil, 20% dos serviços são referentes a folha de pagamento e 20% são serviços de consultorias, outros 40% dos serviços solicitados à contabilidade e para apuração de impostos. Observou também no levantamento de dados que existe procura significativa sobre a escrituração contábil, entretanto, não é uma preocupação de todas as empresas sobre essas informações.

Em análise sobre os escritórios de contabilidade entrevistados, nesta pesquisa verificou-se que com as simplificações nos sistemas de apuração dos impostos e do cumprimento das obrigações acessórias, o contador precisa ser mais ativo nas organizações, oferecendo mais tempo para assessoria e menor para as atividades rotineiras, o que de certa maneira contribuirá para a elaboração organizada das demonstrações contábeis resultando para eficácia da administração e crescimento econômico para a organização mediante informações financeiras que poderão contribuir diretamente numa tomada de decisão mais coerente para a realidade do mercado atual.

As limitações deste trabalho estão em demonstrar a importância da utilização das informações obtidas através da escrituração contábil na tomada de decisão das microempresas situadas no município de Santana do Ipanema/AL. Além disso, foram analisadas, apenas, quinze empresas do ramo comercial de vários seguimentos e seis escritórios de contabilidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. **A Capacidade informativa da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 117, p. 20-32, maio/jun, 1999.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 3ª ed. São Paulo: IOB, 2011.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 março 2018.

BRASIL. **DECRETO nº 3.048**, de 6 de maio De 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 31 julho 2018.

CAMARGO, Ynel Alves de. **As entidades sem finalidade de lucro**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS, Porto Alegre, n. 111, fev, 2003.

COSTA, Márcio Martins; CARDIM, Mariana Gomes. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Difusão Paulista de Enfermagem, 2004, v. 1, p. 15-19.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Código Tributário Nacional**. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 10 março 2018.

_____. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 10 março 2018.

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 do **Regulamento do Imposto de Renda**, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/L2Parte1.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2017.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FILHO, Arthur Nardon. **Da Escrituração Manual ao SPED: A Relação do Fisco com as Empresas**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IRPJ- Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica/ Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social/ Elaborado por Miguel Arcanjo Simas. Brasília: ANFIP, 2016.

IESDE BRASIL S.A. **A demonstração de lucros e/ou prejuízos acumulados**. Disponível em: < <http://www.denacon.com.br/wp-content/uploads/2013/02/05.A-demonstra%C3%A7%C3%A3o-de-lucros-e-ou-preju%C3%ADzos-acumulados.pdf> > acesso 20 de abril de 2018.

_____, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**: causa das diferenças internacionais, convergência contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergências nos critérios de referência e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLEIN, Denise; MARTINS, Samyra. **5Anos: Comércio Total: Uma Trajetória de Sucesso**. SEBRAE: Espírito Santo, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia do trabalho científico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Lei 12.766. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12766.htm. Acesso em 30 de Agosto 2017.

_____. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em:> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm> acesso 20 de abril de 2018.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> acesso 20 de abril de 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9ª ed. São Paulo: Atlas S. A. , 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

_____, José Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

_____, José Carlos. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Carlos José. Contabilidade Empresarial. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRA, Reinaldo Alves; RODRIGUES, Alice de Fátima. Demonstrações contábeis: a informação ao alcance dos diversos usuários. Artigo. sd. Disponível em:<http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_18.pdf> acesso 20 de abril de 2018.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade Geral Fácil: Para Curso de Contabilidade e Concurso Geral**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial:Um enfoque em Sistema de Informação Contábil**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Tradução: Reynaldo Marcondes. 9ª ed. São Paulo: Prentice hall, 2002.

SANTOS, Cosme dos. **Guia Prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa– DFC**. Curitiba: Juruá, 2005.

SEBRAE. **Micro e pequenas Empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-do-brasil>. Acesso em: 11 dezembro de 2017.

SILVA, Daniel Salgueiro da; NETO, Pedro Coelho. **Manual de Procedimentos Contábeis para micro e pequenas empresas**. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHNORR, Walter Paulo. **Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SOARES, Dagmar da Cruz; VIEIRA, Sérgio Alves; FARIA, Simone de Melo; FREIRE, Valdirene Martins. **Balço patrimonial, DRE e DFC: demonstrações obrigatórias e a utilização administrativa**. Monografia. Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte 2007. Disponível em: <http://www.sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/sergio_1.pdf > acesso 20 de abril de 2018.

_____, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____, Sérgio de; MARION José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: Atualizado Conforme Lei Nº 11.638/07 e Lei Nº 11.941/09**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P; MORAES, P. B. **Uso da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil**. EGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, 4(1), 1-32. 2008. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/136.pdf>.> acesso 20 de abril de 2018.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo:Atlas, 1997.

WEYGANDT, Jerry J. ; KIESO, Donald E. ; KIMMEL, Paul D. **ContabilidadeFinanceira**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

ANEXO I**QUESTIONARIO APLICADO NAS MICROEMPRESAS**

1- Quantos anos a empresa está no mercado?

1 a 3 anos

3 a 5 anos

5 a 10 anos

mais de 10 anos

2- O administrador/empresário possui experiência profissional anterior?

Sim

Não

3- Qual setor de atuação da empresa?

Comercial

Serviços

Indústria

4- Qual principal atividade da empresa?

Alimentação

Vestuário

Bens Duráveis

Mão-de-obra Terceirizada (limpeza/segurança)

Entretenimento

Outros: _____.

5- O administrador/empresário conhece os documentos necessários para que o contador faça a escrituração contábil da empresa?

Sim

Não

6- Quais são os serviços contábeis contratados pela empresa?

Apuração de Impostos

Escrituração Contábil

Folha de Pagamento

Consultorias

7- Que tipo de informação considera importante para auxiliar na administração da empresa?

Financeira

Econômica

Contábil

Fiscal

Nenhuma

8- Recebe regularmente do contador as demonstrações contábeis geradas através da escrituração contábil?

Sim

Não

9- As demonstrações contábeis fornecidas regularmente pelo contador atende a necessidade de informações para a administração da empresa?

- Sim, bastante.
- Atende em alguns pontos.
- Atende pouco.
- Não atende.
- Nunca reparou.

10- E essas informações geradas pela escrituração contábil são utilizadas para auxiliar na administração da empresa?

- Sim
- Não

11- Qual a escala de utilização dessas informações?

- Utiliza totalmente
- Utiliza pontos específicos
- Utiliza pouco
- Não utiliza

12- O Administrador/empresário ao utilizar as informações contábeis para auxiliar na tomada de decisão observou melhorias na administração e/ou nos resultados da empresa?

- Sim, bastante
- Alguns pontos
- Poucas
- Nunca observou

13- O contador oferece consultoria das demonstrações contábeis?

- Sim
- Não

14- O administrador/empresário solicita ou já solicitou consultoria para o contador?

- Sim
- Não

15- Para quais demonstrações solicitou ou solicita consultoria?

- Toda entregue pelo contador
- Demonstrações do Resultado do Exercício
- Balancete Mensal
- Balanço Patrimonial
- Outras: _____.
- Nenhuma

16- O administrador/empresário solicita ou já solicitou algum demonstrativo contábil para utilizar como ferramenta para administração da empresa?

- Fluxo de Caixa
- Demonstração das origens e aplicações de recursos
- Orçamento
- Métodos de Custos
- Métodos para Formação de Preço de Venda
- Nenhum

ANEXO II**QUESTIONARIO APLICADO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

1 - Qual o tempo de atuação do escritório contábil no mercado?

1 a 3 anos

3 a 5 anos

5 a 10 anos

mais de 10 anos

2- Atualmente, o escritório contábil possui quantos clientes?

1 a 20

21 a 45

46 a 70

mais de 70

3- Os clientes são orientados sobre a importância de enviar a documentação necessária em tempo hábil para que possa ser feita a escrituração contábil?

Sim

Não

4- Os clientes encaminham os documentos em tempo ágil para que a escrituração contábil possa ser feita?

Sim

Não

Às vezes

5- Que tipo de documento, o contador tem mais dificuldade para receber do cliente?

Nota Fiscal de Vendas ou Prestação de Serviço

Extratos Bancários

Comprovantes de Pagamento de Despesas (Nota Fiscal, Faturas)

6- Quais são os serviços contábeis mais contratados pelas microempresas?

- Escrituração Contábil
- Apuração de Impostos
- Folha de Pagamento
- Consultorias

7- Os clientes solicitam a entrega dos Livros Contábeis para acompanhamento?

- Sim
- Não
- Alguns (Quais: _____).

8- Os clientes demonstram interesse em receber as demonstrações contábeis que são resultantes da escrituração Contábil?

- Muito
- Pouco
- Considerável
- Nenhum

9- Que tipo de informação(s) da empresa os clientes (administradores/ empresários) possuem mais interesse?

- Contábil
- Fiscal
- Financeira
- Econômica
- Nenhuma

10- Em caso de atraso na entrega das Demonstrações Contábeis resultantes da Escrituração Contábil, os clientes costumam ligar solicitando-as?

- Sim
- Não
- Alguns(Quais:_____).

11- Os clientes solicitam consultoria sobre as demonstrações contábeis entregues a eles geradas pela escrituração contábil?

- Sim
- Não

12- Os clientes solicitam demonstração(s) e relatório(s) contábil(s) além das demonstrações que são entregues regularmente?

- Sim
- Não

13- Qual(s) demonstração(s) e/ou relatório(s) são as mais solicitadas?

- Fluxo de Caixa
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
- Orçamento
- Métodos de Custos
- Métodos para Formação de Preço de Venda
- Outros: _____.

14- Qual(is) informação(ões) complementar(es) podem ser extraídas da escrituração contábil você considera importante para tomada de decisão?

- Grau de endividamento
- Liquidez
- Ponto de Equilíbrio
- Custo da Mercadoria (Produzida/Vendida)
- Margem de Lucro por Produto
- Outros _____.